



09 DE FEVEREIRO DE 2018

Sexta-feira

- ALTA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SE ESPALHA
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL MINEIRA CRESCE 1,5% E SINALIZA RETOMADA
- BRASIL ENCERRA 2017 COM NÚMERO RECORDE DE 5,3 MILHÕES DE EMPRESAS INADIMPLENTES
- PROJETO DE INCENTIVO À FERRAMENTARIA DEVE SER LANÇADO EM MARÇO
- DEPOIS DE PATOS, FIESP LANÇARÁ CAMPANHA COM SAPOS
- ARTIGO: RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL E TRABALHO
- UE PRESSIONA MERCOSUL PARA AMPLIAR ACORDO AUTOMOTIVO
- GOVERNO LIBERA FINANCIAMENTO PARA ANGOLA
- BRASIL TEM NOVO MARCO LEGAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
- CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA, METALÚRGICOS DO ABC MARCAM GREVE PARA DIA 19
- EXCLUSIVO-MUDANÇAS NÃO PRODUZEM EFEITOS COM INDECISOS E GOVERNO TEM POUCA MARGEM PARA CONQUISTAR VOTOS PARA PREVIDÊNCIA
- TEMER CONTRARIOU TÉCNICOS E MANTEVE ARTIGO ILEGAL NA LEI DA 'MP DO TRILHÃO'
- TEMER VOLTA A COGITAR REFORMA APÓS ELEIÇÃO
- DE 0 A 10, CHANCE DE APROVAR REFORMA É 7, DIZ TEMER
- PADILHA AFIRMA QUE JURO PODE CAIR MAIS COM REFORMA
- ROMBO DA PREVIDÊNCIA EM 2017 COMPRARIA A PETROBRÁS
- CAETANO: SE NÃO APROVAR PREVIDÊNCIA AGORA, PAÍS PRECISARÁ DE REFORMA AINDA MAIOR
- SEM REFORMA AGORA, DEBATE NA ELEIÇÃO SERÁ INEVITÁVEL, DIZ MARCELO CAETANO

- INDICADOR APONTA ACELERAÇÃO NO RITMO DE RECUPERAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
- EMPREGO NO COMÉRCIO DEVE DISPARAR EM 2018
- ONS CORTA PROJEÇÃO DE CARGA DE ENERGIA NO BRASIL E VÊ QUEDA DE 1,1% EM FEVEREIRO
- COLUNA: GERADORAS DE ENERGIA DEVEM PAGAR MENOS POR DEFICIT HIDRELÉTRICO
- COMÉRCIO VOLTA A CRESCER EM 2017 PUXADO POR MÓVEIS E ELETROS
- IPC-FIPE AVANÇA 0,25% NA 1ª QUADRISSEMANA DE FEVEREIRO
- FGV: IPC-S ACELERA EM 3 DAS 7 CAPITAIS AVALIADAS NA 1ª QUADRISSEMANA DE FEVEREIRO
- MERCADO EXTERNO VOLTA A PESAR E BOLSA BRASILEIRA CAI 1,5%
- GOVERNO AVALIA COMPENSAÇÃO PARA AUMENTO DO BOTIJÃO, DIZ TEMER
- RISCOS PARA A INFLAÇÃO SÃO REDUZIDOS COM OFERTA DE ENERGIA MAIS ESTÁVEL
- BRASIL CAI PARA 5º NO RANKING MUNDIAL DE JUROS REAIS, MELHOR POSIÇÃO EM 13 ANOS
- O FIM DO CICLO DE QUEDA DOS JUROS
- POLÍCIA FEDERAL E CADE VÃO INVESTIGAR SUSPEITA DE CARTEL EM POSTOS DE COMBUSTÍVEL
- PETROBRAS REDUZ PREÇO DO DIESEL EM 0,2% A PARTIR DE SÁBADO, MAS MANTÉM O DA GASOLINA
- GASOLINA SOBE 2,44% E VIRA ITEM DE MAIOR PRESSÃO SOBRE IPCA DE JANEIRO, DIZ IBGE
- FECOMBUSTÍVEIS ATRIBUI ALTA DE PREÇOS AO PESO DE IMPOSTOS
- TEMER: GOVERNO VAI TRABALHAR PARA QUE REDUÇÕES DA GASOLINA CHEGUEM ÀS BOMBAS
- TOYOTA LANÇA EXTENSORES DE CACAMBA PARA HILUX
- VENDAS DE CARRETAS CRESCEM 63% EM JANEIRO, APONTA ANFIR
- COMO COMECAR O DEBATE DE IGUALDADE DE GÊNERO NA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA?
- MONTADORA FRANCESA PSA COMPRA FATIA CONTROLADORA EM GRUPO CHINÊS JIAN XIN
- USIMINAS TEM PREJUÍZO LÍQUIDO DE R\$ 45 MI NO 4º TRIMESTRE

- **POLO PRODUTOR DE AÇO CHINÊS ESTENDE CORTES DE PRODUÇÃO DE AÇO PARA ALÉM DO INVERNO**

CÂMBIO EM 09/02/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,282	3,282
Euro	4,023	4,024

Fonte: BACEN

Alta da produção industrial se espalha

09/02/2018 – Fonte: DCI

A produção industrial registrou crescimento em oito dos 14 locais pesquisados na passagem de novembro para dezembro, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, informou nesta quinta-feira (08) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na média nacional, a produção industrial reportou avanço de 2,8% na mesma base de comparação, destacou o instituto.

Os maiores avanços aconteceram no Rio Grande do Sul (6,8%) e no Amazonas (6,2%), informou o IBGE. “Ceará (4,9%), São Paulo (3%), Santa Catarina (1,6%), Paraná (1,6%), Rio de Janeiro (1,0%) e Minas Gerais (0,2%) completaram o conjunto de locais com índices positivos”, afirmou em nota o IBGE.

“Os dados mostram que o aumento da produção chegou a este patamar devido a poucos estados, o que não desautoriza o índice global obtido pelo setor, mas aconselha que seja tomado com certa precaução”, afirma em nota o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

No entanto, na contramão deste movimento está Goiás (-2,7%), que teve a maior queda no mês, além de outros estados. “As demais taxas negativas foram de Pará (-1,8%), Pernambuco (-1,8%) Espírito Santo (-1,7%), Bahia (-1,5%) e região Nordeste (-0,2%)”, informou o IBGE.

No índice acumulado no ano, o avanço ocorreu em 12 das 15 localidades pesquisadas. O destaque foi o Pará, com alta de 10,1%. “Bahia (-1,7%), Pernambuco (-0,9%) e a região Nordeste (-5%) registraram as únicas quedas no acumulado de 2017”, diz o IBGE. Na média, a produção industrial avançou 2,5% no País como um todo em 2017 ante 2016.

São Paulo

A produção industrial em São Paulo subiu 3,0% em dezembro ante novembro, acima da média do País, que foi de 2,8% na mesma base, informou o IBGE. Ante dezembro de 2016, a produção industrial no estado subiu 10,1%, contra 4,3% na média nacional.

No ano, o Estado de São Paulo acumulou crescimento de 3,4%, acima da média nacional de 2,5%.

Produção industrial mineira cresce 1,5% e sinaliza retomada

09/02/2018 – Fonte: Diário do Comércio

A produção industrial de Minas Gerais cresceu 1,5% no ano passado, na comparação com 2016, e encerrou o exercício em um patamar bem próximo do que era esperado pelo setor para o Estado, de um avanço da ordem de 1,9%. A alta foi influenciada, principalmente, pelo desempenho do segmento extrativo, que, no mesmo período, apresentou variação positiva de 3,4%. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O economista da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) Paulo Casaca avalia que, para um período pós-crise, o resultado foi bastante significativo, porque mostra que o Estado saiu da recessão e começou a se recuperar. Ele destaca, porém, que, para 2018, ainda é preciso cautela quanto ao que vem pela frente.

“Evidentemente que a gente não descarta pontos de atenção para este ano. Temos, por exemplo, as eleições, que podem influenciar no decurso da economia nos próximos anos, e temos também a agenda de reformas estruturais que a gente precisa manter, principalmente a reforma da Previdência. Caso essa última não seja discutida, podemos ter problemas fiscais muito graves no País”, afirma Casaca.

No ano passado, oito dos treze segmentos contemplados na composição do indicador tiveram elevação na produção.

Além da indústria extrativa (3,4%), puxada pelo minério de ferro em bruto ou beneficiado, contribuíram com maior peso para o crescimento do nível da atividade os ramos alimentício (1,7%), de veículos automotores, reboques e carrocerias (4,2%) e de produtos têxteis (13,8%).

Esses três últimos foram impulsionados, respectivamente, pela maior fabricação de carnes de bovinos congeladas e açúcar cristal e VHP; de veículos para transporte de mercadorias; e de tecidos de algodão crus ou alvejados e tecidos de algodão tintos, estampados ou tintos em fio.

“A gente tinha feito em novembro uma projeção (para a produção) em torno de 1,9% para o ano. Então, o resultado veio em linha com o que a gente estava esperando. A diferença (de 0,4%) talvez tenha ocorrido por causa do resultado mais fraco da indústria extrativa especificamente no confronto de dezembro de 2017, com igual período de 2016”, explica o economista da Fiemg.

No acumulado de doze meses (1,5%), o crescimento no Estado foi o quinto resultado positivo seguido nessa base e indicou a manutenção de uma trajetória de alta que vem se desenhando desde outubro de 2016 (-7,9%).

Em relação a igual mês do ano anterior, a **indústria** em Minas recuou 1,5% em dezembro de 2017. Em sentido oposto, a produção industrial nacional subiu 4,3%, oitavo resultado positivo seguido na base.

No Estado, seis das treze áreas pesquisadas tiveram queda, que foi mais intensa nas indústrias extrativas (-10,3%), de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-12,9%) e alimentícias (-4,5%).

Na passagem de novembro para dezembro, a produção industrial mineira avançou 0,2%. Apesar da variação positiva, o percentual foi inferior ao do indicador apurado para o Brasil, que apontou crescimento de 2,8%.

Brasil encerra 2017 com número recorde de 5,3 milhões de empresas inadimplentes

09/02/2018 – Fonte: Diário do Comércio

O Brasil fechou 2017 com um número recorde de 5,3 milhões de empresas inadimplentes, informou ontem a consultoria especializada em informações de crédito Serasa Experian.

Em relação a dezembro de 2016, houve um acréscimo de cerca de 500 mil CNPJs com dívidas em atraso - alta de 10,8%. O montante alcançado pelas dívidas das empresas também foi recorde: R\$ 122,9 bilhões, ante R\$ 111,6 bilhões em dezembro de 2016. A pesquisa da Serasa passou a ser realizada em março de 2016.

Segundo os economistas da Serasa Experian, a recuperação da economia em 2017 não foi suficiente para superar os impactos da longa e intensa recessão de 2015/16 sobre a saúde financeira das empresas.

“Adicionalmente, as dificuldades de acesso ao crédito, especialmente para as micro e pequenas empresas, prejudicam a gestão financeira das companhias”, afirmaram, em relatório.

A região Sudeste lidera o ranking, com 54,2% do total das empresas em situação de inadimplência no País, seguido pelo Nordeste (16,3%), Sul (15,6%), Centro-Oeste (8,6%) e Norte (5,3%).

O estado de São Paulo sozinho abrigou 32,9% do total de empresas com dívidas em atraso, seguido por Minas Gerais (11%), e Rio de Janeiro (8,3%).

Segundo a Serasa Experian, o setor de serviços teve o maior número de empresas no vermelho em dezembro, com 47,4% do total, seguido pelo comércio (43,1%) e pela indústria (8,6%).

Projeto de incentivo à ferramentaria deve ser lançado em março

09/02/2018 – Fonte: DGABC



Expectativa era que aprovação do uso de créditos do ICMS, por parte do governo, fosse em dezembro

O projeto que prevê a devolução do crédito de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para o setor automotivo como incentivo às empresas de ferramentaria no Grande ABC deve ser lançado em março. A expectativa é a de que iniciativa tenha versão piloto em todo o Estado a partir do mês que vem, e que a implantação definitiva ocorra em setembro.

Atualmente, o programa passa pelos últimos ajustes, conforme revelou ao Diário o presidente da CSFM (Câmara Setorial de Ferramentarias e Modelações) e coordenador do conselho automotivo da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), Paulo Braga.

O convênio da iniciativa foi assinado no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, em conjunto com a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos

Automotores), Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, Abinfer (Associação Brasileira da Indústria de Ferramentais) e Abimaq em agosto do ano passado. A previsão era a de que a política fosse implantada no fim do ano passado, após o envio da proposta ao governo do Estado, o que ainda não aconteceu.

A secretaria estadual da Fazenda afirmou que o projeto se encontra com as entidades para a realização de ajustes e inclusão de outras informações necessárias para conclusão da proposta, que ainda será submetida à avaliação da equipe técnica da Pasta após a entrega do novo documento. Entre as questões que devem ser incluídas estão o planejamento das montadoras sobre a produção dos veículos e a utilização das peças do mercado interno.

Com a aprovação do incentivo, a previsão é a de que sejam injetados R\$ 5 bilhões nas montadoras da região, valor que seria investido na fomentação do setor de ferramentaria. A estimativa da Abimaq é que das 1.852 firmas do ramo no Brasil, cerca de 100 estejam na região. De acordo com Braga, da Abimaq, os moldes do programa devem ser apresentados novamente ao Estado em março.

"A proposta é simples, o governo do Estado se compromete a liberar créditos em até 120 dias às montadoras que produzem e compram o ferramental das empresas da região. Movimenta toda a cadeia, já que os funcionários que recebem seus salários também geram mais impostos ao ampliar seu consumo no comércio local", explica. "Acredito que após 120 dias já conseguimos arrecadar 66% do montante. Vamos ter uma geração de emprego de qualidade no segmento da ferramentaria."

O diretor executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wellington Messias Damasceno, destacou que o entrave está por conta da liberação de crédito do governo estadual. "Ainda dependemos desta questão, mas a ideia já era lançar este projeto piloto. Eu não sei o que falta para o governo dar a palavra final, mas é essencial para que as montadoras tenham segurança. O que inibe as montadoras por ora é a falta de garantias", destacou.

O presidente do Consórcio e prefeito de São Bernardo, Orlando Morando (PSDB), falou ontem sobre a importância da aprovação do projeto para a região, ainda mais com as exportações de veículos batendo recordes. Além disso, ele afirmou que "renotificou" o Estado sobre o assunto. "Já mostramos a necessidade de liberar esse crédito, primeiro porque é devido e melhoraria o investimento da ferramentaria na região.

Não podemos perder esse momento. Existe uma nova fase da indústria automobilística na região e a Volkswagen acabou de anunciar novos veículos na planta de São Bernardo até 2020."

Questionada sobre o assunto, a Anfavea não se manifestou até o fechamento desta edição.

Depois de patos, Fiesp lançará campanha com sapos

09/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A ação, com o nome *Chega de Engolir Sapos, é pela baixa dos juros*

Depois do pato, que virou símbolo da entidade nos protestos contra aumento de impostos, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de SP) vai lançar uma nova campanha: *Chega de Engolir Sapos, pela baixa dos juros*. A ideia é fazer batráquios infláveis gigantes e colocá-los na frente de bancos privados. A estreia deve ser na própria avenida Paulista.

PATO ACOLÁ

Os badalados patos da Fiesp já enfrentaram todo tipo de aventura um deles chegou a ser preso.

É que a entidade guardava os infláveis que estavam em Brasília em uma pousada nos arredores da capital. Uma batida policial na rua onde ela fica apreendeu um dos bonecos que ficou detido por cinco dias.

(Mônica Bergamo - Jornalista, assina coluna com informações sobre diversas áreas, entre elas, política, moda e coluna social).

Artigo: Relação entre o capital e trabalho

09/02/2018 – Fonte: DCI

A imprensa especializada noticia importantíssima mudança na Justiça do Trabalho, convertida na “Justiça para o empregado” em razão do vício de ignorar que o “patrão” também é um trabalhador com patrão – que é o Estado arrecadador de parte substancial do lucro empresarial.

O “trabalhador empresário” é o único “trabalhador” que assume riscos de perder seu patrimônio ou de ir à bancarrota, tornando-se um pária social, em razão do insucesso nos negócios.

Ele não conta com a proteção de uma “Justiça do Trabalhador Empresário.” Essa “Justiça do Trabalhador Empresário”, se existisse, não teria a gana destrutiva de reputações e patrimônios que se vê ordinariamente aplicada pela “Justiça do Trabalho do Empregado”.

Essas constatações ficam bastante claras a partir de quando a Justiça do Trabalho aplica as regras da reforma trabalhista, em especial aquelas que dificultam a caracterização de grupo econômico empresarial.

Para que as empresas respondam pelas dívidas trabalhistas umas das outras, há novos critérios estabelecidos pela lei. “A 18ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro proferiu decisão que afastou a responsabilidade de uma companhia pelos débitos de outra empresa com os mesmos sócios e localização.”

“Segundo o artigo segundo, parágrafo terceiro, da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, acrescentado pela Lei 13.467, de 2017, “não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes”.

“No processo, um ex-funcionário da empresa de paisagismo requereu a responsabilização de outra empresa, de serviços de jardinagem, instalada no mesmo endereço e com sócios em comum, pela dívida trabalhista, alegando que seriam do mesmo grupo.”

“No julgamento, o juiz da 18ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro afirmou inexistentes os requisitos para que se configurasse o grupo econômico, afirmando que ‘a mera identidade de sócios não caracteriza o grupo econômico, pois são necessários para a configuração do grupo três requisitos, quais sejam: a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes (artigo segundo, parágrafo terceiro, da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei 13.467/2017)’.

Com essa interpretação, o pedido do trabalhador foi negado”, de acordo com o Boletim da Associação dos Advogados de São Paulo, a AASP.

Os sócios Fabiana Frizzo e Maury Bottesini, da Bottesini & Frizzo Advogados, em São Paulo, há muito se batem por esse entendimento, agora acolhido na Justiça (Empresarial) Trabalhista, espécie que considera “a existência de trabalhadores

empresários”, completando a razão de existir uma “Justiça Trabalhista”, nem mãe, nem madrasta dos empregados e patrões.

Com as mudanças realizadas pela “reforma trabalhista”, na Lei 13.467/2017, a Justiça do Trabalho pode retomar a sua verdadeira vocação de pacificadora das relações entre o capital e o trabalho.

Basta que não se converta o “passo à frente” em retrocesso, via “entendimentos” dos jurisperitos e dos doutrinadores.

(**Maury Ângelo Bottesini** é advogado especialista em direito empresarial)

UE pressiona Mercosul para ampliar acordo automotivo

09/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Europeus querem afrouxar a regra que exige fabricação de 60% das peças no Mercosul



Carros da BMW em pátio na Alemanha - AFP

Na reta final das negociações do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, os europeus intensificaram a pressão por abertura do setor automotivo. Os negociadores do Cone Sul flexibilizaram sua posição e aceitaram zerar as tarifas de importação de carros, hoje em 35%, em 12 anos. Pela oferta anterior, a abertura total do setor só ocorreria em 15 anos.

Os europeus, no entanto, querem um prazo ainda mais curto: oito anos. Segundo pessoas que acompanham de perto o processo, pode ser uma estratégia para tentar fechar em dez anos.

Existe também um embate em torno da regra de origem do setor. Hoje, os países do Mercosul exigem que 60% das peças dos veículos sejam fabricadas dentro do bloco.

Essa regra é resultado das características da indústria local, que é bastante verticalizada. Já os europeus, que produzem peças em vários lugares do mundo e agregam apenas tecnologia e design nos países de origem, querem uma regra mais frouxa.

As conversas sobre o setor automotivo dominaram a nova rodada de negociações, que termina hoje em Bruxelas, na Bélgica. Depois do fracasso de fechar o acordo em dezembro, os dois blocos estão se esforçando para concluir as conversas no fim deste mês durante uma reunião em Assunção, no Paraguai.

Mas ainda há muitas resistências a serem vencidas. Sob condição de anonimato, representantes das montadoras reclamam que o acordo vai afugentar investimentos no Mercosul. Segundo eles, a Europa tem muita capacidade ociosa e fará mais sentido exportar de lá do que produzir aqui.

AGROPECUÁRIA

Outro setor complicado é a agropecuária. Já está acertado que não haverá liberalização total do mercado, mas apenas tarifa zero para um volume limitado de produtos. Os

européus, no entanto, resistem em melhorar as cotas para dois itens vitais para o Brasil: carne bovina e etanol.

Na carne bovina, a oferta europeia é uma cota de 99 mil toneladas por ano, mas o setor solicita 300 mil toneladas. No etanol, a UE propôs 600 mil litros, o que é muito inferior ao 1 milhão de litros que havia sido proposto mais de dez anos atrás, em 2004, quando os dois lados quase chegaram a um acordo.

As negociações entre Mercosul e União Europeia se arrastam há 17 anos, mas agora existe vontade política de fechar o acordo. Tradicionalmente refratária, a Argentina hoje é uma das maiores entusiastas. O presidente Maurício Macri quer mandar um sinal de que seu país está novamente aberto ao mundo, após o período dos Kirchner.

Para o presidente Michel Temer, o acordo também seria considerado uma vitória política. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, é a favor da abertura do mercado, mas outros membros do governo temem prejudicar a ainda tênue recuperação da economia.

Governo libera financiamento para Angola

09/02/2018 – Fonte: EM.com

O governo voltará a dar garantias para o financiamento das exportações de bens e serviços a Angola, com limite de US\$ 2 bilhões.

Após o atraso de pagamentos de empréstimos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para obras de empreiteiras brasileiras, o novo entendimento marca a retomada da relação comercial entre os países.

Apesar dos problemas ocorridos após o BNDES ter congelado linha de crédito para o país - na esteira da Operação Lava Jato -, o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) dará cobertura às operações

Brasil tem novo Marco Legal de Ciência e Tecnologia

09/02/2018 – Fonte: MDIC

O Governo Federal publicou hoje o [decreto 9.283/18](#) que regulamentou o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, previsto na Lei 13.243/2016 e na Lei 10.973/2004 e em outros normativos. A medida contou com forte apoio do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, principalmente no que se refere aos trechos relacionados ao setor privado.

Segundo o ministro Marcos Jorge, o texto reforça o normativo brasileiro principalmente no que se refere aos incentivos à inovação, pesquisa e desenvolvimento no setor privado, com destaque para o setor produtivo.

“Este é um resultado de um trabalho construído em conjunto. Além do governo federal e da iniciativa privada, também houve o trabalho da academia e dos integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”, afirma.

Para o secretário de Inovação e Novos Negócios do MDIC, Marcos Vinícius de Souza, "o novo marco legal vai tornar menos burocrática a relação de empresas com instituições públicas de pesquisa, criar instrumentos novos de apoio à inovação como o bônus tecnológico, além de permitir a participação acionária de instituições científicas, tecnológicas e empresas públicas em empresas inovadoras.

O marco também vai regulamentar a encomenda tecnológica com empresas, para destacar as principais", explica.

Contra reforma da Previdência, metalúrgicos do ABC marcam greve para dia 19

09/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Diante dos esforços finais da base do governo Temer para aprovar uma reforma da Previdência Social, o sindicato dos metalúrgicos do ABC (SMABC) definiu, em assembleia na noite de quarta-feira, 7, a realização de uma greve no próximo dia 19, segunda-feira.

A data é a mesma que vinha sendo ventilada desde o fim do ano passado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para início dos trabalhos do plenário em relação à proposta. Nesta semana, entretanto, já circula a possibilidade de a matéria ser levada à Câmara apenas na semana seguinte, a partir do dia 26.

A decisão dos metalúrgicos em cruzar os braços junta-se à Jornada Nacional de Luta contra a reforma da Previdência, convocada pela CUT e as demais centrais sindicais, explicou ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, o secretário-geral do sindicato, Aroaldo Oliveira. Na quarta-feira, motoristas de ônibus da capital paulista já haviam aderido à greve no dia 19.

“Nos últimos dias, as centrais sindicais se reuniram e definiram que, mesmo sem a votação no dia 19, este será o Dia Nacional de luta contra a reforma da Previdência”, afirmou o sindicalista. Com a perspectiva de a votação ocorrer apenas na semana do dia 26, o secretário-geral do SMABC explicou que a decisão de realizar a greve no dia 19 é uma forma de marcar a posição e “dar uma resposta à altura”.

Ele lembrou que muitas categorias profissionais já estavam mobilizadas desde o final do ano passado e monitoravam o avanço da proposta no Congresso. “Todos os movimentos sociais e centrais sindicais continuam um trabalho muito forte, dialogando bastante com parlamentares para convencê-los a votar contra a reforma. Continuamos o trabalho de pressionar os deputados em todos os Estados”, explicou Oliveira, apontando que os parlamentares estão mais sensíveis à opinião pública em ano eleitoral.

Em nota, o presidente do SMABC, Wagner Santana, criticou o discurso da base governista de que a reforma da Previdência não é uma questão de escolha, mas uma necessidade. “Querem nos convencer de que não há saída para o povo coletivamente e que cada um se vire e se arranje. Mesmo sem ter trabalho decente, só trabalho precário, o trabalhador que se vire para dar uma vida digna àqueles que dependem dele”, disse o sindicalista.

EXCLUSIVO-Mudanças não produzem efeitos com indecisos e governo tem pouca margem para conquistar votos para Previdência

09/02/2018 – Fonte: Reuters

A última versão da reforma da Previdência praticamente não alterou o complicado cenário para aprovação da proposta neste mês, e muitos dos deputados que o Palácio do Planalto contabiliza como indecisos em suas planilhas internas já são declaradamente contrários à proposta, o que diminui a margem de articulação do governo.

Levantamento feito sobre a lista de 88 indecisos preparada pelo governo, e obtida com exclusividade pela Reuters, mostra que um número razoável desses parlamentares que o governo avalia poder conquistar o voto são considerados pelos seus líderes como casos perdidos.

Operando em cima desse número de indecisos, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, avalia que será preciso virar um em cada dois votos. A margem, no entanto, é bem menor.

Essa é a avaliação da maioria dos líderes e deputados de sete partidos da base e de outros dois que também poderiam apoiar a reforma entrevistados pela Reuters desde que o relator da matéria, Arthur de Oliveira Maia (PPS-BA), apresentou a sua emenda aglutinativa.

Líderes e parlamentares de partidos da base como MDB, PP, PR, DEM, PRB, PSD, SD e outros dois com atuação independente, como o PSB e o PPS, que representam 292 deputados, demonstraram, de modo geral, dificuldades para a proposta passar no plenário da Câmara.

Os obstáculos são grandes tendo em vista que esses partidos representam 60 dos 88 deputados tidos como indecisos pelo governo, em lista revelada com exclusividade pela Reuters que foi repassada pelo Planalto para que agentes do mercado e empresários auxiliem no convencimento a favor da reforma.

Ao menos metade dos nomes tidos como indecisos pelo governo na lista, conforme as lideranças partidárias, não apoia a reforma de modo algum.

A última versão da reforma traz as três inovações já anunciadas em novembro passado --a exclusão de qualquer modificação das regras para trabalhadores rurais e para os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a redução do tempo mínimo de contribuição de 25 para 15 anos-- e acrescenta o direito de integralidade de pensão a cônjuges de policiais mortos em combate.

O líder do PP na Câmara, Arthur Lira (AL), disse que as mudanças da emenda aglutinativa não garantem nenhum voto a mais entre os oito ditos indecisos pela lista do governo. Com uma bancada de 46 deputados, ele disse que já tem 36 votos garantidos, mas destacou que, para aumentar a esse nível de apoio, "quatro ou cinco estão precisando de conforto".

"Acho que vamos ficar restrito a cinco ou seis deputados contrários", disse o líder do PP, ao ponderar que isso só vai ocorrer se houver novos ajustes ao texto e se os governadores se envolverem diretamente na aprovação da reforma com suas respectivas bancadas.

Com cinco indecisos numa bancada de 37, conforme a lista do governo, o líder do PR, José Rocha (BA), afirmou que as últimas mudanças nada alteram o apoio na bancada à reforma. Segundo ele, há 28 votos garantidos no partido e haveria, a partir de novas concessões, espaço para se conquistar até quatro apoios a mais ao texto, mas até agora não se tem garantia disso.

No PSB, que ainda é contabilizado como apoiando a reforma pelo governo, o Planalto vê oito indecisos, mas o líder do partido, Júlio Delgado, garante que quatro desses são totalmente contrários, um se inclina a votar contra e os demais não se manifestaram ainda para um lado ou outro.

Delgado, no entanto, relatou à Reuters que as dificuldades vão além do que o governo calcula. Na noite da última terça-feira, 23 dos 32 deputados da bancada que estavam em Brasília se reuniram e decidiram que o PSB vai votar contra a reforma.

"Nós não vamos topar obstrução. O governo quer se esconder atrás da obstrução que os partidos de esquerda querem fazer para não votar. Nós queremos votar e derrotar. Essa jogada usa a oposição como escudo para esconder a falta de base do governo", acusou Delgado.

VISÃO OTIMISTA

Mesmo no MDB, partido do governo e que fechou questão pela reforma, coisa que não costuma fazer, o Planalto contabiliza nove indecisos. O líder do partido, deputado Baleia Rossi (SP) disse que as alterações da emenda aglutinativa ajudam a criar um ambiente favorável. Contudo, ele não soube precisar quanto dos deputados considerados indecisos pelo governo poderiam votar a favor da reforma com a proposta.

O líder emedebista afirmou que, com novas mudanças, poderá se chegar a até 55 votos de apoio à reforma, dentro de uma bancada de 59 parlamentares. Apesar de ter fechado questão em favor da proposta, o MDB não anunciou possíveis punições a quem se posicionar contra a matéria.

Baleia Rossi vai defender, por exemplo, a equiparação nos vencimentos da aposentadoria de agentes penitenciários a policiais em plenário.

“Estou otimista, acho que as pessoas estão tendo mais informação sobre a reforma, dúvidas estão sendo dizimadas, mentiras caindo e nós estamos confiantes na aprovação porque houve já um crescente de apoio na bancada do MDB e acredito que teremos nos demais partidos também”, disse Baleia Rossi, um dos deputados mais próximos de Temer.

O líder do PRB, Celso Russomano (SP), seguiu na mesma linha e disse que a emenda ajuda a conquistar simpatia na bancada à reforma. Ele disse que, dependendo de futuras mudanças à reforma, consegue conquistar até cinco votos dos oito indecisos da lista --a bancada do partido tem 22 deputados.

“O governo não fechou a porta depois que o relator apresentou a reforma”, disse Russomano.

Dentro do PPS, de acordo com fonte ouvida pela Reuters, dos cinco parlamentares considerados indecisos, dois se manifestaram favoráveis depois das mudanças, que contemplaram parte do que o PPS queria. Outros três, no entanto, ainda são uma incógnita.

O deputado Paulinho da Força, do Solidariedade, diz que dos quatro do partido considerados indecisos, apenas um pode ser convencido. Na bancada de 14 deputados, diz, a maioria é contrária sem negociação. “Vai ser a maior derrota do governo se isso entrar em votação”, garantiu.

Mesmo no DEM, que deu 100 por cento dos votos a favor da reforma trabalhista, dessa vez será difícil, afirmou uma fonte. Dos 33 deputados da bancada, 27 votam pela reforma. Três são considerados passíveis de convencimento pelo governo, mas de acordo com a fonte, um deles já se declarou contrário.

O líder do partido, Rodrigo Garcia (SP), diz que vai reunir a bancada na manhã do dia 20, mas avalia que o problema pode ir além dos três indecisos. “Não houve tempo ainda de avaliar o impacto dessas mudanças. Posso ter problemas além desses três”, disse à Reuters.

MISSÃO DIFÍCIL

A planilha obtida pela Reuters há uma semana aponta 88 indecisos de 18 partidos. O número é confirmado pelo vice-líder do governo Beto Mansur (PRB-SP) e, na verdade, não mudou nas últimas semanas, mesmo com as promessas, conversas e afagos do Planalto.

“Vamos trabalhar para tirar uns 40, mas é muito cedo ainda para as mudanças terem impacto. Eu estou muito conservador, não fico no achismo. Tem algum problema vai para o indeciso”, disse Mansur à Reuters.

O deputado conta que na noite de quarta-feira os líderes do governo ficaram até 22h analisando nome por nome e o número de favoráveis está, neste momento, em 267. O governo precisa de 308 votos garantidos para aprovar a reforma e tem repassado a lista para "entidades", segundo o parlamentar, para tentar aumentar a pressão.

Um parlamentar da base, apesar de defensor da reforma, reconhece que é quase impossível o governo chegar a esse número. "Insistir é a pior estratégia. Tem que começar a pensar no pós-reforma, porque não vai votar. E se não tiver uma agenda o governo acaba", defendeu.

Reservadamente, líderes ainda revelaram uma preocupação adicional: o Senado tem dado sinais de que poderia não votar a reforma logo após a apreciação pelos deputados. A avaliação de dois líderes ouvidos pela Reuters é que isso enfraquece a possibilidade de aprovar o texto na Câmara porque os deputados não vão querer se expor a votar uma proposta impopular e que poderia não prosperar na outra Casa Legislativa, ainda mais em ano eleitoral.

"A gente ficar com a pecha de votar uma coisa que atinge o funcionalismo é complicado", considerou uma liderança, que pediu para não ser identificada temendo represálias.

Temer contrariou técnicos e manteve artigo ilegal na lei da 'MP do Trilhão'

09/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Técnicos da Fazenda e Planejamento alertaram Presidência que artigo que estende benefício a petroleiras até 2040 era ilegal. Casa Civil orientou pelo veto ao item



A chamada 'MP do Trilhão', medida provisória polêmica que prorrogou benefícios tributários para as empresas petroleiras e foi aprovada no final do ano passado, foi sancionada pelo presidente Michel Temer com um artigo considerado ilegal, apesar de o presidente ter sido alertado sobre o problema pelos técnicos da Casa Civil.

Parecer obtido com exclusividade pela Gazeta do Povo mostra a análise dos especialistas do governo apontando quais artigos da MP 795 deveriam ser vetados. Entre quatro pontos sugeridos, estava o artigo 7º, que suspendeu o recolhimento de impostos pelas empresas petroleiras. A ilegalidade, na avaliação técnica, é o prazo longo da concessão desse benefício, previsto para ser mantido até 2040.

"O Ministério da Fazenda e a SOF [Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento] pedem, ainda, veto à prorrogação do Regime até 2040, alegando inadequação jurídica por conta da determinação constante da LDO de que os benefícios fiscais não excedam a 5 anos", apontam os técnicos da Casa Civil, no documento. "Assim, resguardada eventual avaliação contrária das autoridades competentes superiores, e a avaliação da Subchefia para Assuntos Jurídicos sobre os pedidos de veto por inconstitucionalidade, esta assessoria entende que a Casa Civil deve apoiar os pedidos de veto do Ministério da Fazenda, devendo a SAJ ser ouvida sobre a possibilidade de veto ao art. 7º", concluem os técnicos.

Benefícios por 22 anos

Na publicação da MP, em agosto de 2017, já estava prevista a suspensão do pagamento de tributos federais sobre a importação de equipamentos para a atividade de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo no Brasil, bem como sobre a compra de matérias-primas, produtos intermediários e embalagens relacionadas a essas importações. A MP permitia a renúncia de Imposto de Importação (II); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e Cofins-Importação para esses itens.

Porém, o prazo para esse benefício era apenas até 31 de julho de 2022 no texto original. Na tramitação da MP na Câmara, esse prazo foi alongado em 18 anos, até 2040.

O governo já sabia da limitação legal de prazo para tal benefício ao criar a MP, em agosto. Na nota explicativa que acompanhou a MP, o governo afirma que manteria o prazo do benefício por cinco anos para atender a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018.

A Nota Técnica nº 231/2017 da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais e da Subchefia Adjunta de Finanças Públicas da Casa Civil, que recomenda os votos, foi assinada no dia 26 de dezembro de 2017, dois dias antes da sanção da lei nº 13.586, assinada por Temer e pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia.

Segundo a nota, o Ministério de Minas e Energia (MME) defendeu a sanção integral da MP, porém o ministro Fernando Coelho Filho não está entre os que assinam a sanção da nova lei. Quatro vetos foram sugeridos pelas equipes técnicas do Ministério da Fazenda e pela SOF e três deles foram aceitos pelo presidente. Entre eles está um programa de renegociação de dívidas das petroleiras, que custaria R\$ 15,2 bilhões em renúncias fiscais e desrespeitaria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

“A Lei de Diretrizes Orçamentárias impõe de forma explícita o limite máximo de 5 anos para concessão de benefícios fiscais. A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe ainda que a renúncia fiscal seja compensada com aumento de outro imposto ou redução de despesas. O artigo 7º foi aprovado sem respeitar nenhuma das duas regras. O veto afastaria o benefício, que poderia ser proposto novamente por Projeto de Lei, obedecendo os limites das leis”, avalia Kleber Cabral, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), entidade que questiona a validade da medida.

A MP 795 foi sancionada no apagar das luzes de 2017, envolta em controvérsia. Um técnico da Câmara dos Deputados estimou que a medida provisória resultaria na perda de R\$ 1 trilhão em receitas para os cofres públicos. Os dados foram desmentidos pelo governo e por outros técnicos do Legislativo, mas o estrago estava feito: o debate girou em torno desse valor.

Apesar de comprovado o erro no cálculo trilionário, a MP de fato concede às petroleiras perdões de dívidas com a Receita, cria benefícios definitivos para a importação de materiais, e posterga reduções de impostos até 2040, que podem chegar a R\$ 85 bilhões em algumas estimativas. Ela foi aprovada pelo Congresso no começo de dezembro.

Outro lado

Procurada, a Casa Civil afirma que o problema seria pior se o governo tivesse vetado o artigo 7º. Sem esse artigo, o benefício teria prazo indeterminado. A pasta reconhece também que o assunto pode ter leituras jurídicas diferentes, mas que mesmo o veto poderia trazer questionamentos sobre a validade da medida.

"O artº 7 da Lei do Repetro (13.586/2017) não foi vetado para não estabelecer o benefício tributário por prazo indeterminado. Em que pese possa haver posicionamentos divergentes, não há segurança jurídica em dizer que o § 4º do art. 118 da LDO/2017 se aplicaria supletiva e automaticamente neste caso, para limitar a vigência do benefício ao máximo de cinco anos", afirma, em nota.

Temer volta a cogitar reforma após eleição

09/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Planalto teme derrota em mudanças na Previdência e base defende adiamento da votação



Presidente Michel Temer já cogita possibilidade votar reforma em novembro –

Com a resistência do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em pautar a reforma da Previdência caso não haja votos suficientes, o presidente Michel Temer voltou a avaliar a possibilidade de retomar a proposta em novembro, após a campanha eleitoral.

Na volta do recesso parlamentar, o Palácio do Planalto recebeu a avaliação de que cresceu na base aliada a defesa de um adiamento da votação da reforma.

A previsão inicial é de que o texto comece a ser discutido na Câmara no dia 19 de fevereiro e a intenção é de que seja votado até o dia 28. Pelo último cálculo feito pelo governo, há 270 votos favoráveis, número abaixo dos 308 necessários.

Em conversas reservadas, deputados indecisos têm afirmado que só votam a favor da reforma caso haja uma perspectiva de vitória.

Eles dizem que não pretendem colocar em risco suas reeleições por uma iniciativa com chance alta de perda.

Para evitar uma derrota que enfraqueça ainda mais a imagem do governo, auxiliares e assessores presidenciais avaliam que um adiamento para novembro não é o melhor cenário, mas pode ser o menos ruim.

A hipótese foi aventada nesta quinta-feira (8) pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), em café da manhã com jornalistas. Segundo ele, se a reforma não for votada agora "pode sair em novembro".

O presidente do Senado disse que o Palácio do Planalto errou inicialmente na comunicação à população sobre a proposta e avaliou que teria sido mais fácil votar as mudanças nas aposentadorias com a reforma trabalhista, aprovada no ano passado.

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, responsável pela negociação da proposta com o Congresso, considera não haver condições políticas para votar a reforma da Previdência em novembro. "Mas quem define as datas de votação é o Poder Legislativo", disse à Folha.

NOVO PRESIDENTE

Pré-candidato ao Palácio do Planalto, Maia disse nesta quinta-feira (8) que uma votação em novembro dependerá da vontade do próximo presidente, que será

escolhido em outubro. "Não há a possibilidade de eu pautar a reforma sem que ela seja uma agenda do próximo presidente", afirmou.

Ele disse, porém, ainda ter esperança de marcar a votação em fevereiro e voltou a defender mais flexibilizações no texto apresentado na quarta-feira (7) pelo relator Arthur Maia (PPS-BA).

Para tentar atrair mais votos, o relator incluiu o pagamento integral da pensão para viúvos e viúvas de policiais mortos em combate.

O governo discute também uma regra de transição mais branda para servidores e policiais, modificação no acúmulo de aposentadoria e pensão e uma idade mínima de 55 anos para agentes penitenciários.

"Se elas tiverem apoio parlamentar consistente, poderão ser incluídas no texto final até o dia 28 de fevereiro", disse Marun.

De 0 a 10, chance de aprovar reforma é 7, diz Temer

09/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Presidente afirma que o governo trabalha para convencer deputados da base aliada

O presidente Michel Temer avaliou nesta sexta-feira (9) que, de 0 a 10, a chance hoje de aprovar a reforma previdenciária é de 7.

Segundo ele, que concedeu entrevista à Rádio Guaíba, o Palácio do Planalto tem trabalhado para convencer os deputados da base aliada, muitos deles ainda resistentes à proposta.

Para o presidente, não há motivos para que algumas entidades critiquem o texto final, que retirou mudanças que seriam feitas nos benefícios a deficientes físicos e trabalhadores rurais.

Para tentar atrair mais votos, o relator da proposta, Arthur Maia (PPS-BA), incluiu em emenda aglutinativa o pagamento integral da pensão para viúvos e viúvas de policiais mortos em combate.

No entanto, como a aposentadoria de militares não está sendo tratada na proposta, a medida não inclui os policiais militares.

Mesmo com as mudanças, o último placar do governo apontou 270 votos favoráveis, número inferior aos 308 votos necessários.

Com o cenário pessimista, o emedebista voltou a cogitar retomar a reforma em novembro, após o período das eleições, caso ela não seja pautada neste mês pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Na volta do recesso parlamentar, o Palácio do Planalto recebeu a avaliação de que cresceu na base aliada a defesa de um adiamento da votação.

Em conversas reservadas, deputados indecisos têm afirmado que só votam a favor da reforma caso haja uma perspectiva de vitória. Eles dizem que não pretendem colocar em risco suas reeleições por uma iniciativa com chances altas de perda.

Para evitar uma derrota esmagadora, que enfraqueça ainda mais a imagem do governo, auxiliares e assessores presidenciais avaliam que um adiamento para novembro não é o melhor cenário, mas pode ser o menos pior.

Padilha afirma que juro pode cair mais com reforma

09/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que o Banco Central poderá continuar reduzindo os juros, se a reforma da Previdência for aprovada ainda em 2018. A porta para a redução adicional da taxa de juros, segundo o ministro, foi aberta pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na reunião de quarta-feira.

O Copom decidiu na reunião reduzir em 0,25 ponto porcentual da taxa básica de juros da economia (Selic), que desceu ao menor patamar histórico, de 6,75% ao ano.

Padilha estima que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) poderá levar a uma alta de 4% a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. A estimativa atual é de crescimento de 3% (governo) a 3,5% (mercado financeiro). O crescimento maior, disse, intensificará a arrecadação e permitirá à economia andar “a passos mais largos”. “Acredito nisso piamente”, afirmou ao *Estadão/Broadcast*.

Na avaliação do ministro, a reforma da Previdência terá “zero influência” para o governo do presidente Michel Temer, porque o Orçamento de 2018 já está lançado.

Mas ele insistiu na tese de que a proposta precisa ser aprovada logo para evitar que o próximo presidente da República tenha problemas fiscais e seja obrigado a rever o teto de gastos – instrumento legal que limita o crescimento da despesa à inflação.

Segundo ele, a reforma “em si” não terá influência no governo Temer já que os números orçamentários já estão todos definidos, com a previsão de déficit nas contas públicas, que encolheu a capacidade de investimento. “Mas vai chegar 2019. E, aí, se não tiver feito a reforma, vamos ter grande dificuldade.”

O ministro disse que o Brasil não pode continuar com déficit crescente e indefinido. Ele destacou que para 2018 o teto de gastos será cumprido, mas ponderou que o risco cresce sem a reforma. Na sua avaliação, a possibilidade de romper o teto não pode ocorrer sob o risco de o próximo governo perder o controle das contas públicas. “Será que é bom deixar adiar, ou tem que fazer isso de uma vez?”, alertou.

Sem aparentar ceticismo em relação à chance de aprovação da reforma, o ministro disse, porém, que o “mundo não vai acabar” se a reforma não sair. “Nós vamos continuar. Como já está lançado o Orçamento, temos o rumo que vamos trilhar. Em 2019, aí sim, começa a depender de ter ou não a reforma”, disse.

Demandas. Depois de atender a várias demandas de parlamentares no ano passado para a aprovação da reforma, o ministro disse que “este ano não tem nada”. E minimizou a força dos governadores para aprovar o projeto. “Cada deputado é um reino separado”, afirmou ele, enfatizando que o problema da Previdência é maior nos Estados e que os governadores precisam se manifestar a favor.

Para Padilha, o papel do executivo agora é insistir para que a matéria seja votada e colocar “dentro do possível, o número de parlamentares que são necessários à aprovação”. Ao ser questionado se é de interesse do presidente colocar a matéria mesmo sem votos e manter o discurso de que “já fez a sua parte”, Padilha disse que não afirmaria que “isso não existe” e reforçou que Temer cobrou na mensagem de abertura dos trabalhos no Legislativo que “é hora de decidir”.

“Essa é a palavra do presidente Michel. Mas, de outra parte, a gente tem que reconhecer que a pauta da Câmara é feita pelo presidente da Câmara”, completou, reconhecendo a resistência de Rodrigo Maia em pautar a matéria para ser derrotada.

Apesar de o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), ter apresentado resistências à aprovação da proposta antes das eleições, o ministro disse que o presidente Temer e ministros têm conversado com senadores e que o governo não está descuidando das negociações com o Senado.

Segundo ele, o governo não trabalha com a hipótese de o Senado engavetar a proposta de reforma depois de aprovada na Câmara. Esse é um dos receios dos deputados. "É hora de decidir", afirmou. Ele avaliou que o governo conseguiu agora acertar na comunicação e acredita que o efeito desse acerto será a conversão da base aliada.

Concessões. O ministro confirmou que o governo está aberto a três novas mudanças no Congresso: a regra de transição para os servidores que entraram no serviço público antes de 2003; a elevação do teto para o acúmulo de pensões e aposentadorias, e a aposentadoria especial para os agentes penitenciários.

Mas ponderou que será preciso ter um teto para o acúmulo e não será aceita a proposta de acabar com essa restrição: "Aí, não. Se nós estamos estabelecendo um regime uniforme todos terão o teto do INSS. Acima disso, nada."

Rombo da Previdência em 2017 compraria a Petrobrás

09/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Isolado, o déficit da Previdência já revela a fragilidade das contas públicas brasileiras. Quando comparado com o valor de uma empresa, o buraco fica ainda mais preocupante. No ano passado, o rombo previdenciário cresceu R\$ 40 bilhões, alcançado R\$ 268 bilhões, valor suficiente para comprar a Petrobrás, uma das maiores companhias do Brasil.

"O buraco de um ano na Previdência equivale ao da Petrobrás. O valor da empresa deve estar por aí, se não for mais baixo do que isso", disse o secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, durante debate promovido nesta quinta-feira, 8, pela *TV Estadão*. Neste dia, o valor da petroleira na Bolsa era de R\$ 258 bilhões.

Com a reforma, a equipe econômica espera alcançar uma economia próxima de R\$ 600 bilhões com gastos previdenciários nos próximos dez anos, sendo R\$ 500 bilhões a menos em despesas com o INSS e outros R\$ 87,7 bilhões nas aposentadorias do funcionalismo público federal. O valor da economia prevista ainda pode mudar nos próximos dias, porque o governo negocia novas mudanças na proposta com o objetivo de angariar mais votos para aprovar a reforma na Câmara até o dia 28 de fevereiro.

As mudanças no sistema previdenciário são consideradas fundamentais para o acerto das contas públicas do Brasil. A expectativa é que a reforma seja suficiente para trazer um alívio pelos próximos dez anos. "A reforma é uma questão inadiável", disse José Roberto Savoia, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). "Se não for feita agora, terá de ser levada adiante no próximo governo."

Além do acerto das contas públicas e da garantia de recursos para todas as áreas do governo, a reforma da Previdência vai trazer mais igualdade entre os trabalhadores, segundo Caetano.

"A reforma da Previdência tem outros fundamentos por trás, como a igualdade. Daqui para frente, com essa reforma aprovada, não faz mais diferença se a pessoa ocupa um cargo eletivo, ou é um funcionário público com salário mais alto ou um trabalhador do setor privado", disse o secretário. Ele ainda citou que Brasil e Equador são os únicos

países das Américas sem idade mínima de aposentadoria e ponderou que o aumento da idade mínima proposta pela reforma será feito de forma gradual.

Incerteza. O adiamento das mudanças no sistema previdenciário – caso ocorra – deverá trazer uma série de implicações para o cenário macroeconômico brasileiro. O mercado financeiro acompanha com atenção os passos do governo no esforço de aprovar a medida. Em janeiro, a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) voltou a rebaixar a nota do Brasil e deixou a economia brasileira três patamares abaixo do grau de investimento por causa adiamento da reforma e pela incerteza com o cenário político.

“Se a reforma da Previdência não passar, o ano tende a ser mais instável”, afirmou Nelson Marconi, professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Com um possível desempenho fiscal “ruim”, ele avalia que pode ocorrer uma ampliação da avaliação negativa do País no exterior.

O professor Otto Nogami, do Insper, teme que uma piora externa prejudique o fluxo de recursos estrangeiros ao País. “O capital estrangeiro, hoje, desempenha um papel preponderante na economia do Brasil. A não aprovação da reforma pode alterar toda a perspectiva futura da economia”, alertou.

Se a dificuldade em avançar, a Previdência pode trazer algum impacto para o ingresso de capital estrangeiro na economia, uma eventual aprovação pode ser benéfica, pondera Savoia, da FEA-USP. “O cenário de aprovação da reforma leva ao crescimento mais acelerado e vai elevar a credibilidade, provocando euforia nos mercados”, disse Savoia, apontando que o preço dos ativos não está incorporando a aprovação da reformulação previdenciária.

Savoia, entretanto, chamou atenção à dificuldade de se criar um consenso sobre a Previdência e o corte de gastos no Brasil. “Notícias falsas dificultaram ainda mais a percepção de necessidade da reforma”, disse o especialista.

O governo enfrenta dificuldades para levar adiante a reforma da Previdência. A equipe econômica esperava aprovar a reforma até o fim do ano passado, mas não conseguiu apoio político. A esperança agora é aprovar as alterações no sistema previdenciário até o fim deste mês. “O momento político é muito difícil para conseguir uma reforma mais ousada”, afirmou Marconi, da FGV.

Caetano: se não aprovar Previdência agora, País precisará de reforma ainda maior

09/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, disse nesta quinta-feira, 8, que o Brasil terá que enfrentar uma reforma da Previdência muito mais abrangente se não aprovar agora a proposta de emenda constitucional que muda as regras das aposentadorias.

“Ainda temos tempo de fazer uma reforma de natureza preventiva. Se não fizer agora, o que terá que ser feito no futuro é muito maior”, comentou o secretário, ao participar de debate sobre o tema na TV Estadão.

Caetano disse estar otimista sobre a aprovação da matéria neste mês e disse que os próximos dias serão de “muita conversa” com os deputados para a obtenção dos votos que faltam.

“A reforma é mais de Estado do que deste governo”, afirmou o secretário. “Para o governo, seria mais fácil deixar o tema da Previdência para a frente. Mas o governo preferiu enfrentar a questão e fazer a reforma abrangente”, acrescentou Caetano. Ele comentou ainda que a reforma da Previdência, mesmo com todas as modificações já

feitas no texto, será suficiente para sustentar a conta previdenciária nos próximos dez anos.

Após participar do debate, o secretário disse que a reforma nas aposentadorias é "urgente", ao ser questionado pelo Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, sobre a ideia, defendida por alguns parlamentares, de votar a matéria após as eleições de outubro. "Precisamos trabalhar a reforma para ela ser votada o quanto antes."

Segundo ele, se a reforma não for aprovada agora, poderá ser necessário incluir em seu texto medidas de compensação ao tempo em que a matéria ficou suspensa. "Empurrar o problema para frente significa adoção de medidas mais fortes", declarou.

Sem reforma agora, debate na eleição será inevitável, diz Marcelo Caetano

09/02/2018 – Fonte: EM.com

O secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, afirmou, em entrevista à NBR, que se a reforma da Previdência não for aprovada agora no começo do ano, será inevitável esse debate na eleição presidencial. "Não vai ter como fugir do tema na eleição", reforça.

Além disso, o secretário voltou a afirmar que, se a reforma não for aprovada agora, será necessária uma mudança mais ampla e forte à frente. Segundo ele, o governo está propondo uma reforma preventiva, que garante o pagamento das aposentadorias já existentes e também os direitos adquiridos. "Prevenir é melhor que remediar", repetiu diversas vezes.

Caetano esclareceu dúvidas de jornalistas de rádios regionais. Ele afirmou que, após ser aprovada a reforma, os Estados terão o prazo de 180 dias para adequar as regras ao seus funcionários públicos. Fora isso, a reforma não propõe diferenciações regionais, ressaltou ele.

"Um dos grandes objetivos da reforma é dar tratamento igualitário entre os servidores e os trabalhadores do setor privado", afirmou. "Há apenas uma diferenciação para proteger a população mais carente. O piso previdenciário do salário mínimo está mantido", completou, citando também a manutenção das regras do Benefício da Prestação Continuada (BPC) e da aposentadoria rural.

O assessor especial da Casa Civil Bruno Bianco também participou da entrevista. Ele refutou a ideia de que aposentadoria por idade mínima prejudica os mais pobres. Segundo ele, as pessoas de classe mais baixa já se aposentam por idade, então o objetivo da reforma é igualar as regras para os mais pobres e os mais ricos.

O material jornalístico produzido pelo Diário do Comércio é protegido por lei. Para compartilhar este conteúdo utilize o seguinte link: <http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=Indicador%20aponta%20acelera%>

Indicador aponta aceleração no ritmo de recuperação do mercado de trabalho

09/02/2018 – Fonte: Diário do Comércio

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) avançou 0,7 ponto em janeiro de 2018 ante dezembro de 2017, para 107,7 pontos, informou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo a FGV, após o quinto aumento consecutivo, o indicador sinaliza uma aceleração no ritmo de recuperação do mercado de trabalho.

“O Indicador Antecedente de Emprego continua sinalizando melhora nas condições do mercado de trabalho ao longo dos próximos meses. O cenário de melhora no nível de atividade econômica, juntamente com a expectativa de contratação futura, sugere continuidade da tendência de melhora do mercado de trabalho e de retorno à geração de vagas formais em 2018”, avaliou o economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Já o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) recuou 3,6 pontos em janeiro ante dezembro, para 96,7 pontos. “Apesar do otimismo quanto à geração de emprego nos próximos meses, a taxa de desemprego continua elevada (11,8%) e a população desocupada ainda chega a representar 12 milhões de pessoas. Diante do quadro, as pessoas continuam percebendo dificuldades no mercado de trabalho, ainda que a melhora do indicador no último mês tenha sido expressiva”, completou Barbosa Filho.

O ICD é construído a partir dos dados desagregados, em quatro classes de renda familiar, da pergunta da Sondagem do Consumidor que procura captar a percepção sobre a situação presente do mercado de trabalho. Já o IAEmp é formado por uma combinação de séries extraídas das Sondagens da Indústria, de Serviços e do Consumidor, todas apuradas pela FGV. O objetivo é antecipar os rumos do mercado de trabalho no País.

No IAEmp, cinco dos sete componentes tiveram avanços em janeiro, com destaque para os que medem a situação dos negócios para os seis meses seguintes na Sondagem de Serviços (+4,0 pontos) e a situação dos negócios atual na Sondagem da Indústria de Transformação (+3,5 pontos).

No ICD, as classes de renda que mais contribuíram para a queda de janeiro foram as duas mais baixas, consumidores com renda familiar até R\$ 2.100,00 (-9,9 pontos) e com renda entre R\$ 2.100 e R\$ 4.800 (-4,6 pontos).

Emprego no comércio deve disparar em 2018

09/02/2018 – Fonte: DCI

Número de trabalhadores pode ficar bem acima do visto em 2017, mas renda de vaga cairá com a nova CLT



No pé do consumidor: lojas de calçados, vestuário e acessórios criaram 2.021 vagas ao longo de 2017

As perdas acumuladas no número de vagas no varejo dos últimos anos parecem ter chegado ao fim. O movimento, puxado pela Reforma Trabalhista, se apoia apenas no estoque dos trabalhadores, e não na rentabilidade dos empregados, fator que joga ainda mais para frente a retomada do poder de compra do empregado, e posterga a ainda mais a retomada das vendas no varejo.

Para este ano, a estimativa do mercado e do governo é que oferta de vagas dentro comércio varejista apresente um salto, principalmente pela regulamentação do trabalho intermitente e da jornada 12x36. “A reforma põe fim a um antigo pleito dos empresários do comércio, mas sozinha não será responsável pela volta do poder de compra do brasileiro”, comentou o professor de macroeconomia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), César Maranhão.

Para o acadêmico, um trabalhador do varejo precisará constar como funcionário de ao menos duas varejistas para, no regime intermitente, compor uma renda que seja similar a que ele recebia com o contrato antigo. "Isso inflará a base de empregos, e vão comemorar como se fosse vitória", comenta ele.

A visão do acadêmico está em linha com a situação enfrentada pelos funcionários de uma grande rede de supermercados do Rio de Janeiro. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores de Supermercados da cidade do Rio de Janeiro, diversas denúncias têm chegado sobre condições precarizadas de emprego. "Soubemos de casos de funcionários que recebiam R\$ 80 por domingo trabalhado e o valor caiu para R\$ 36", conta o assessor jurídico da entidade, e Caio Andreolli.

De acordo com ele, esses casos estão se tornando cada vez mais frequentes, e vão além do segmento supermercadista. "Quase todo o varejo adotou o trabalho intermitente. Isso mutilou a renda do vendedor", lamenta.

Estado de São Paulo

Considerado o motor da economia nacional, São Paulo apresentou um saldo positivo, após dois anos de retração, na base de trabalhadores no varejo. Segundo levantamento da FecomercioSP, entre janeiro e dezembro do ano passado, foram criados 6,3 mil postos de trabalho, revertendo apenas uma fatia dos 107,5 mil empregos perdidos no setor entre 2015 e 2016.

Apesar do resultado ainda incipiente, a Federação sinaliza o ponto de inflexão do setor, que deverá encerrar 2018 com um cenário ainda melhor.

Ao término de 2017, o estoque ativo do setor foi de 2.089.209 trabalhadores formais, alta de 0,3% em relação a dezembro de 2016. Os dados foram puxados por vagas em lojas de vestuário e calçados, supermercados e farmácias.

ONS corta projeção de carga de energia no Brasil e vê queda de 1,1% em fevereiro

09/02/2018 – Fonte: Reuters

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) reduziu significativamente a projeção de carga de energia para o sistema interligado do Brasil e agora vê queda de 1,1 por cento em fevereiro, na comparação anual, ante expectativa de alta de 2 por cento divulgada na semana anterior.

Em relatório nesta sexta-feira, o órgão do setor elétrico manteve praticamente inalteradas as projeções de chuva na região das hidrelétricas do Sudeste, em 86 por cento da média histórica, contra 85 por cento na semana anterior, enquanto elevou no Nordeste para 51 por cento, contra 36 por cento anteriormente. As duas regiões concentram os maiores reservatórios.

Coluna: Geradoras de energia devem pagar menos por deficit hidrelétrico

09/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Projeção é que despesa caia R\$ 3 bilhões em relação ao ano passado

O gasto que as grandes geradoras terão em decorrência do deficit hídrico será menor neste ano, segundo o Instituto Acende Brasil. A projeção é de R\$ 7 bilhões, contra os R\$ 10 bilhões em 2017.

O motivo da queda é uma melhora nos níveis dos reservatórios, diz Claudio Sales, presidente da instituição.

"Atingiram-se, em média, 79,3% da capacidade da geração do sistema hidrelétrico no ano passado. Para 2018, a previsão é de 89%."

A relação entre o potencial que uma usina tem para gerar energia e quanto ela realmente produz é conhecido pela sigla GSF (em inglês).

Quando há deficit, elas precisam comprar a energia que deixaram de inserir no sistema, o que acarreta gastos bilionários.

Parte das usinas busca a Justiça para não ter de pagar essa conta.

O argumento é que foram prejudicadas por despachos fora da ordem houve momentos em que o operador do sistema tirou delas o privilégio de serem as primeiras a inserir energia do sistema, o que causou o desequilíbrio.

Alguns juízes dão razão às hidrelétricas e concedem liminares para que não paguem. Há cerca de R\$ 6 bilhões em questionamento.

"O mercado caminha para travar se não houver uma saída, afirma Mario Menel, da Abiape (associação de investidores em energia)."

A proposta que tem mais força é parcelar os valores e esticar os prazos de concessão para que as empresas possam pagar, diz Paulo Cunha, da FGV Energia.

"É preciso interromper a inadimplência e dar uma solução à dívida acumulada."

Inadimplência de micro e pequenas empresas sobe 10% em 2017

O número de micro e pequenas empresas inadimplentes fechou 2017 com crescimento de 10,8% em relação ao registrado no fim do ano anterior, segundo o Serasa.

É o oitavo mês seguido de alta do indicador.

O resultado foi influenciado pelo setor de serviços, que reponde pela maior parcela entre os devedores (45,8%).

"Os pequenos negócios se concentram no segmento, que demorou para sair da crise. Se a retomada da área se consolidar, a inadimplência deverá se estabilizar no segundo semestre", diz Luiz Rabi, economista da entidade.

O veto presidencial ao Refis das micro e pequenas empresas, em janeiro, piorou as perspectivas de redução do endividamento, segundo o Sebrae. O Congresso ainda vai apreciar a questão.

"Os pequenos sofreram muito com a crise. O parcelamento de dívidas com desconto de juros e multas é crucial", diz o presidente do órgão, Guilherme Afif Domingos.

"A situação piorou com a saída dos CNPJs devedores do Simples [em dezembro]", diz o presidente do Simpi (das micro e pequenas indústrias), Joseph Couri.

"Só ficou quem fez acordos irrealis que não serão cumpridos. Isso precisa ser revisto."

Comércio volta a crescer em 2017 puxado por móveis e eletros

09/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Apesar do recuo em dezembro, as vendas no varejo brasileiro fecharam 2017 com alta de 2%, no primeiro resultado positivo desde 2014, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta sexta-feira (9).



Em dezembro, o volume de vendas caiu 1,5%, na comparação com o mês anterior, mas subiu 3,3% sobre um ano antes.

A expectativa em pesquisa da agência Reuters era de baixa de 0,40% na comparação mensal e de avanço de 4,70% sobre um ano antes.

Com crescimento de 9,5% frente a 2016, o setor de móveis e eletrodomésticos foi o que mais contribuiu no balanço anual.

Segundo a gerente da Pesquisa, Isabella Nunes, o resultado foi estimulado pela redução da taxa de juros em 2017. "Com uma dinâmica de vendas associada à maior disponibilidade de crédito, o setor se recuperou após três anos em queda."

Nunes também atribui o resultado positivo à recuperação do setor de supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que cresceu 1,4% no ano.

"O bom resultado nessa categoria foi influenciado principalmente pela redução sistemática dos preços e a recomposição da massa de rendimentos", explica.

O desempenho anual, no entanto, foi afetado por quedas em combustíveis e lubrificantes (-3,3%), livros, jornais, revistas e papelaria (-4,2%) e equipamentos para escritório, informática e comunicação (-3,1%).

Apesar do avanço, Isabella afirma que ainda é cedo para falar em recuperação total. "2017 rompe um período de dois anos de queda nas vendas nacionais, mas ainda está longe de recuperar a perda de 10,2% acumulada nesse período", pondera.

AMPLIADO

No comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de veículos e de material de construção, o volume de vendas subiu 4% em 2017 —o acumulado em 12 meses mais elevado desde fevereiro de 2014.

Na comparação mensal, dezembro recuou 0,8%. Frente a dezembro de 2016, houve avanço de 6,4%, oitava taxa positiva consecutiva.

IPC-Fipe avança 0,25% na 1ª quadrissemana de fevereiro

09/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,25% na primeira quadrissemana de fevereiro, desacelerando em relação ao aumento de 0,46% observado em janeiro.

Na primeira leitura deste mês, perderam força ou ampliaram deflação os grupos Alimentação (de 1,15% em janeiro para 0,67% na primeira quadrissemana de fevereiro), Habitação (de -0,17% para -0,34%), Despesas Pessoais (de -0,79% para -1,01%), Saúde (de 0,31% para 0,18%) e Educação (de 3,02% para 2,39%).

Por outro lado, aceleraram ou reduziram deflação os grupos Transportes (de 1,63% para 1,72%) e Vestuário (de -0,18% para -0,15%)

Veja abaixo como ficaram os itens que compõem o IPC-Fipe na primeira quadrissemana de fevereiro:

- **Habitação:** -0,34%
- **Alimentação:** 0,67%
- **Transportes:** 1,72%
- **Despesas Pessoais:** -1,01%
- **Saúde:** 0,18%
- **Vestuário:** -0,15%
- **Educação:** 2,39%
- **Índice Geral:** 0,25%

FGV: IPC-S acelera em 3 das 7 capitais avaliadas na 1ª quadrissemana de fevereiro

09/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) acelerou em três das sete capitais pesquisadas entre a última quadrissemana de janeiro e a primeira leitura de fevereiro, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta sexta-feira, dia 9. No geral, o IPC-S avançou ligeiramente de 0,69% para 0,70% no período.

Por regiões, o acréscimo nas taxas foi apurado em Salvador (0,49% para 0,73%), Brasília (-0,01% para 0,05%) e Recife (0,45% para 0,53%).

Em contrapartida, quatro cidades registraram desaceleração nas taxas no período, a maioria com a arrefecimento marginal: Belo Horizonte (0,56% para 0,54%), Rio de Janeiro (0,74% para 0,73%), Porto Alegre (0,98% para 0,90%) e São Paulo (0,84% para 0,82%).

Mercado externo volta a pesar e Bolsa brasileira cai 1,5%

09/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Índices americanos zeravam ganhos no ano; dólar fechou cotado a R\$ 3,28



Investidores olham painel antigo com ações na Bolsa brasileira, em registro de 2016
- Paulo Whitaker/Reuters

As incertezas recentes nos mercados financeiros fizeram os investidores recorrerem à proteção dos títulos de dívida do governo americano, provocando novas turbulências nas Bolsas nesta quinta-feira (8). As ações brasileiras sentiram o baque e recuaram, enquanto o dólar fechou a R\$ 3,28.

O Ibovespa, índice dos papéis mais negociados, caiu 1,49%, para 81.532 pontos. O volume financeiro foi de R\$ 11,4 bilhões --em fevereiro, a média diária está em R\$ 12,3 bilhões.

O dólar comercial subiu 0,12%, para R\$ 3,281. O dólar à vista, que fecha mais cedo, avançou 0,70%, para R\$ 3,294.

As quedas de sexta (2) e segunda (5) aumentaram a preocupação de investidores e intensificaram a busca por títulos de dívida do governo americano, considerados de baixo risco. O fluxo provocou a valorização dos papéis (as treasuries).

"Temos uma treasury com vencimento em 10 anos saindo de 2% em setembro, pouco depois da penúltima alta dos juros, para 2,85% agora. Isso causa uma realocação de ativos globais", afirma Vitor Suzaki, analista da Lerosa Investimentos.

"Enxuga dinheiro das Bolsas, mas não deve levar a uma saída maciça de capital, porque a rentabilidade ainda é baixa, embora praticamente sem risco", ressaltou.

O fluxo de venda comandou a sessão não só na Bolsa brasileira, mas também na Europa e nos Estados Unidos.

As Bolsas europeias fecharam no vermelho. Londres perdeu 1,49%, Paris caiu 1,98% e Frankfurt fechou com desvalorização de 2,62%. Milão (-2,26%), Madri (-2,21%) e Lisboa (-1,16%) também caíram.

Nos Estados Unidos, os mercados tiveram nova queda. O Dow Jones caiu 4,15%, para 23.860 pontos. Desde o pico, em 26 de janeiro, o índice acumula queda de 10,35%.

A Nasdaq se desvalorizou 3,90%, para 6.777 pontos. E o S&P 500 recuou 3,75%, para 2.581 pontos. Os três zeraram os ganhos no ano novamente.

O VIX, índice de volatilidade implícita do S&P 500, deu novo salto nesta quinta: +20,34%. O VIX representa a volatilidade do mercado acionário.

"Há bons fundamentos para a economia americana que justificassem os recordes batidos pelos índices, mas há espaço para realização. Alguns balanços não vieram tão bons, o que também afetou o mercado", destacou Suzaki.

Aqui, o vaivém da reforma da Previdência é observado pelos investidores. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), disse que se não for votada agora, a reforma da Previdência "pode sair em novembro".

Para Suzaki, o mercado já não conta com a aprovação da reforma desde o fim do ano passado, quando a votação foi adiada para fevereiro deste ano. "Isso ficou claro no comunicado do Banco Central, em que ele não condiciona mais a queda de juros à aprovação da reforma", afirma.

Na quarta, a autoridade monetária sinalizou o fim do ciclo de queda da taxa Selic, após corte de 0,25 ponto percentual, o que deixou o juro em 6,75% ao ano.

AÇÕES

Dos 64 papéis que compõem o Ibovespa, 57 caíram e somente sete subiram.

As ações preferenciais (+2,81%) e ordinárias (+2,75%) da Eletrobras lideraram as altas do índice. Assembleia de acionistas da estatal discute nesta quinta o modelo de venda das distribuidoras. A Via Varejo subiu 1,65%.

No terreno negativo, as ações da Suzano recuaram 4,88%. A Cielo perdeu 4,25% e a Braskem caiu 4%.

As ações da Petrobras tiveram queda, em meio à desvalorização dos preços do petróleo. A baixa se dá após notícias mostrarem um recorde de produção nos EUA e a reabertura do maior oleoduto do Mar do Norte para operação.

Os papéis preferenciais da estatal caíram 2,01%, para R\$ 19,05. As ações ordinárias recuaram 3%, a R\$ 20,35.

As ações ordinárias da Vale perderam 0,29%, para R\$ 41,59.

No setor financeiro, o Itaú Unibanco teve queda de 0,49%. As ações preferenciais do Bradesco caíram 1,23%, e as ordinárias se desvalorizaram 2,95%. O Banco do Brasil perdeu 3,14%, e as units --conjunto de ações-- do Santander Brasil recuaram 0,48%.

CÂMBIO

O dólar se fortaleceu ante 27 das 31 principais moedas do mundo, em meio à expectativa envolvendo aumentos adicionais de juros nos EUA, depois de dados fortes de mercado de trabalho que podem pressionar a inflação no país.

Nesta quinta, o Banco Central vendeu a oferta de 9.500 contratos de swap cambial tradicional (e que equivalem à venda de dólares no mercado futuro), para rolagem do vencimento de março. A autoridade monetária já rolou US\$ 1,425 bilhão dos US\$ 6,154 bilhões que vencem no mês que vem.

O CDS (credit default swap, termômetro de risco-país) do Brasil avançou 7,12%, para 162,7 pontos.

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados tiveram queda. O contrato com vencimento em abril de 2018 recuou de 6,635% para 6,633%. Já o contrato para janeiro de 2019 caiu de 6,805% para 6,725%.

Governo avalia compensação para aumento do botijão, diz Temer

09/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

No ano passado, o preço do botijão teve a maior alta desde 2002

O presidente Michel Temer afirmou nesta sexta-feira (09) que estuda uma maneira de compensar o aumento do preço dos botijões de gás para a população mais pobre. Em entrevista à Rádio Guaíba, do Rio Grande do Sul, ele afirmou que um anúncio será feito nos próximos dias, mas não deu maiores detalhes sobre a iniciativa.



No ano passado, o preço do botijão teve a maior alta desde 2002. O preço médio em dezembro chegou a R\$ 66,53, alta de 16,39% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

O emedebista ressaltou que é necessário fazer algo, uma vez que as famílias mais carentes são as mais afetadas pelo encarecimento do botijão.

O presidente reafirmou ainda que pedirá ao Cade e à Polícia Federal para investigarem por que o corte no preço da gasolina não está chegando nas bombas dos postos de gasolina.

Ele chamou de "agressão ao consumidor" os valores que estão sendo repassados ao consumidor final em todo o país.

Na quinta-feira (8), o ministro da Secretaria-Geral, Moreira Franco, anunciou que será deflagrada uma operação para apurar se postos e distribuidores tem atuado em esquema de cartel.

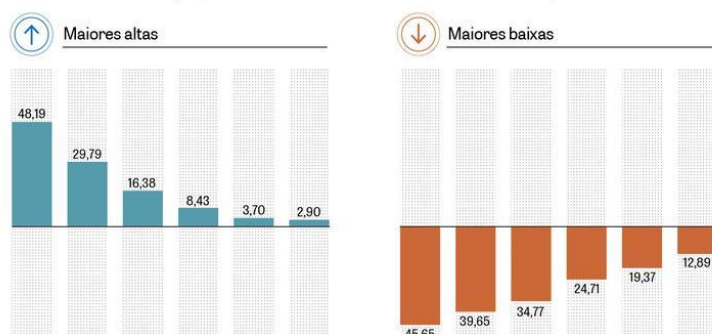
A Petrobras anunciou um corte de 3% no preço da gasolina o maior desde o dia 17 de novembro. O valor do diesel também será reduzido, em 2,6%, a maior queda desde 02 de dezembro.

Riscos para a inflação são reduzidos com oferta de energia mais estável

09/02/2018 – Fonte: DCI

Projeção de safra agrícola maior também pode levar IPCA a registrar variação inferior às expectativas; em janeiro índice já veio abaixo do piso das projeções (0,33%), ao subir 0,29%

Maiores altas e baixas nos preços dos alimentos, no acumulado em 12 meses até janeiro ▶ Em %



A inflação começou o ano abaixo das expectativas do mercado e o principal receio dos analistas, que era o aumento acelerado dos preços da energia elétrica, foi mitigado, por enquanto, diante do nível mais positivo dos reservatórios do País.

Somente em janeiro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,29%, abaixo do piso do intervalo das projeções que indicavam alta entre 0,33% e 0,50%. Em janeiro do ano passado, essa taxa foi 0,38%. Em 12 meses, a inflação acumula variação positiva de 2,86%, contra 2,95% no período imediatamente anterior. Essa é a menor taxa desde 1994, divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A tendência é que a inflação dos alimentos também avance em um ritmo menor do que o que vinha sendo esperado, já que o clima favorável tem puxado para cima as projeções da safra agrícola 2017/2018, destaca o coordenador do Índice de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) André Braz.

Nas estimativas dele, o IPCA de 2018 deve marcar alta de 3,7%, abaixo da previsão do Banco Central (BC) de 4,2% e da mediana das expectativas do mercado, que indicam 3,9%. Entretanto, este cenário de inflação menor, por si só, não justificaria uma mudança da estratégia do BC de manter a taxa básica de juros (Selic) em 6,75% ao ano, até o final de 2018.

Segundo Braz, ainda é prematuro chegar a alguma conclusão com relação a isso olhando só para a inflação de janeiro. Para ele, será preciso aguardar, pelo menos, o consolidado da variação de preços até o final deste trimestre.

“Somente a queda da inflação não sustentaria uma alteração da decisão do BC. A autoridade monetária está de olho na questão fiscal do País e no cenário externo”, afirma Braz. “Além disso, este é um ano de eleições. Ainda tem muita água para correr debaixo desta ponte. Vamos aguardar” ressalta Braz.

Energia

Segundo dados do IBGE, o principal item que impactou para baixo (em -0,17 ponto percentual) o IPCA de janeiro foi a Habitação, que registrou queda de 0,85% no mês,

impulsionada pelas contas de energia elétrica, que ficaram, em média, 4,73% mais baratas.

Isto se deve ao fim da cobrança do adicional de R\$ 0,03 por cada kilowatt/hora consumido referente a bandeira tarifária vermelha patamar 1 que vigorava em dezembro. Aliado a isso, houve redução na alíquota de PIS/Cofins em algumas das regiões pesquisadas.

Apenas Porto Alegre teve elevação na energia elétrica (5,00%), devido ao reajuste de 29,60% em uma das concessionárias a partir de 21 de dezembro. Nas demais regiões, as variações oscilaram entre -8,03% em Belém e -0,39% em Vitória.

“Ao olhar para a inflação, não há nada que preocupa neste momento”, diz Braz. “O grande medo, bem no início do ano, era a energia elétrica, pois acabávamos de sair de um mês de dezembro com bandeira vermelha.

No entanto, este medo foi mitigado rapidamente, com o volume de chuvas recompondo mais rapidamente os reservatórios”, afirma o coordenador do IPC, acrescentando que o nível atual dos reservatórios indica, até o momento, uma oferta estável de energia e de água durante os próximos meses.

Já o professor de economia do Ibmec-SP, João Ricardo Costa, aponta que a trajetória da inflação de serviços será um bom indicador se haverá ou não mudança na atual política monetária.

Em janeiro, este grupo registrou alta de 0,16%, uma desaceleração ante aumento de 0,59% em dezembro de 2017 “A inflação de serviços é um sinalizador da atividade econômica. Se o desemprego começar a cair rapidamente, esse grupo tende a se acelerar”, afirma Costa do Ibmec, reforçando que somente o IPCA do primeiro bimestre não provocará alteração de rumo na decisão do BC de manter os juros a 6,75% ao ano.

“Para o BC mudar a sua estratégia, tem que ocorrer algo muito forte, seja no cenário internacional, na política fiscal”, ressalta.

O IBGE mostrou ainda que o grupo Alimentação e Bebidas saiu de uma alta de 0,54% em dezembro para um aumento de 0,74% em janeiro.

O gerente de agricultura do IBGE, Carlos Alfredo Guedes, chegou a afirmar que se a chuva der uma trégua a partir deste mês, durante o início da colheita da soja, o processo de revisão para cima nas estimativas para safra de grãos em 2018 pode ter continuidade e, eventualmente, passarem a apontar alta na produção em relação a 2017. Esse cenário teria um impacto positivo na inflação.

Braz pontua ainda que a prévia do Índice de Preços por Atacado (IPA) de fevereiro já mostra queda nos preços das carnes, bem como nas commodities agrícolas, o que significa que essa baixa será repassada em breve ao consumidor.

Brasil cai para 5º no ranking mundial de juros reais, melhor posição em 13 anos

09/02/2018 – Fonte: G1

O Brasil caiu de quarto para quinto lugar no ranking mundial de juros reais, compilado pelo MoneYou e pela Infinity Asset Management. Essa é a melhor posição ocupada pela economia brasileira desde que o levantamento começou a ser feito, há 13 anos. A queda aconteceu após a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que anunciou, na quarta (7), a redução da taxa básica de juros de 7% para

6,75% ao ano. Essa é a menor taxa nominal da série histórica, que tem início em 1986.

Com a Selic em 6,75% ao ano, os juros reais, ou seja, descontada a inflação (*leia mais abaixo*), atingiram **2,89% ao ano**. Atrás do Brasil estão:

- Argentina: 6,05%
- Turquia: 5,31%
- Rússia: 3,68%
- México: 3,66%

Juro real não é o menor da história

Segundo o economista Jason Vieira, da Infinity Asset Management, responsável pelo ranking de juros reais, o patamar de 2,89% ao ano, atingido pela economia brasileira, não é o menor da história.

No fim de 2012 e início de 2013, no governo Dilma Rousseff, quando a taxa Selic estava em 7,25% ao ano, os juros reais estavam menores, em cerca de 2,3% ao ano. Isso ocorre porque a expectativa de inflação futura, que é descontada do percentual de juros, era maior naquela época.

A taxa de juros real é calculada com abatimento da inflação prevista para os próximos 12 meses, sendo considerada uma medida melhor para comparação com outros países.

Nas 40 economias pesquisadas pelo MoneYou e pela Infinity Asset Management, os juros médios reais estão negativos em 0,4%

Economia real x rentismo

"Juro negativo é padrão nos países desenvolvidos, porque, para eles, é preferível investir na economia real do que no rentismo [lucro com aplicações financeiras]. Na economia brasileira, é difícil acontecer isso ainda. Estamos longe desse cenário. Precisamos entrar em um nível de desenvolvimento que não estamos ainda", avaliou o economista.

Vieira observou que, com o reaquecimento da economia nos últimos meses, a expectativa do mercado é de que a taxa Selic, atualmente em 6,75% ao ano, possa voltar a subir nos próximos meses - o que elevaria novamente os juros reais brasileiros. A expectativa do mercado é de que a taxa Selic seja elevada no começo de 2019.

"O que o Brasil tem passado recentemente, desde a queda do governo anterior [da presidente Dilma Rousseff], é um cenário novo. Tem que entender qual o futuro desse contexto, se é sustentável. Nunca tivemos uma taxa nominal [juros básicos, fixados pelo BC] tão baixa. A inflação nunca esteve tão baixa, e não é só inflação de recessão. É uma questão de preços sendo impactados", concluiu o economista

O fim do ciclo de queda dos juros

09/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Comunicado do Copom deixa claro que, no rumo atual das discussões sobre reformas, não há mais como seguir reduzindo a Selic

O Comitê de Política Econômica (Copom) do Banco Central cumpriu as expectativas de mercado e reduziu mais uma vez a taxa básica de juros, a Selic, que caiu de 7% para 6,75% ao ano – a menor taxa da história.

O corte de 0,25 ponto porcentual é uma desaceleração no ritmo da redução que o Copom vinha promovendo, após um 2017 marcado por cortes de 0,75 ou um ponto. E o BC já avisa: talvez este tenha sido o fim do afrouxamento monetário.

O comunicado divulgado logo após o encerramento da reunião é bem claro: "Para a próxima reunião, caso o cenário básico evolua conforme esperado, o Comitê vê, neste momento, como mais adequada a interrupção do processo de flexibilização monetária".

Em outras palavras, se tudo continuar como está, a Selic não cai mais. O verbo "evolua", neste caso, é força de expressão, porque o "esperado" não tem nada da evolução, e sim de estagnação e paralisia, com o Congresso retalhando ainda mais o projeto de reforma da Previdência, isso se chegar a votá-lo nas próximas semanas, o que já é bastante questionável.

A saúde fiscal brasileira é caso de UTI

A saúde fiscal brasileira é caso de UTI, como reafirmou a Heritage Foundation ao ter dado ao Brasil nota 7,7 (em uma escala de zero a 100) neste quesito na edição mais recente do Índice de Liberdade Econômica.

O Brasil gasta muito em comparação com o que arrecada, e ainda por cima gasta mal. A trajetória da dívida pública segue sem controle, e nenhum dos pré-candidatos à Presidência da República parece estar preocupado com o assunto, apesar dos alertas que estados quebrados, como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, enviam sobre o perigo de gastar muito além da arrecadação ano após ano, como se não houvesse amanhã – porque o amanhã certamente virá, e então não haverá dinheiro para as mais básicas das despesas.

Daí a necessidade das reformas – não apenas da Previdência, que hoje já é a maior rubrica do orçamento federal, mas de outras que tornem o gasto estatal menor, mais racional e mais eficiente.

Mas o Copom não quis fechar completamente as portas, e deixou uma tênue esperança de uma nova queda de 0,25 ponto na próxima reunião: "Essa visão para a próxima reunião pode se alterar e levar a uma flexibilização monetária moderada adicional, caso haja mudanças na evolução do cenário básico e do balanço de riscos".

Se o Congresso demonstrar responsabilidade e aprovar uma reforma da Previdência sem terminar de desfigurá-la, ou se a inflação continuar baixa, a Selic pode chegar a 6,5%.

No momento, a segunda hipótese seria a mais provável, já que o IPCA começou o ano abaixo das expectativas: a inflação oficial em janeiro foi de 0,29%, a menor para o mês desde o Plano Real, com um acumulado em 12 meses de 2,86%, abaixo do piso da meta.

Juros baixos são uma meta a perseguir: eles permitem que os empreendedores possam assumir mais investimentos, que geram renda e emprego. Mas esse objetivo não tem como ser atingido pela mera canetada – as reduções voluntaristas realizadas durante o governo Dilma Rousseff se mostraram insustentáveis e tiveram de ser revertidas.

Manter os juros baixos de forma consistente exige que o governo coloque suas contas em ordem, o que será impossível com déficits primários que superam os R\$ 100 bilhões por ano e com um sistema previdenciário insustentável.

Polícia Federal e Cade vão investigar suspeita de cartel em postos de combustível

09/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Governo diz haver fortes indícios de manipulação de preços no setor. Benefícios da nova política de preços para gasolina e diesel da Petrobras acabam não chegando ao consumidor final



Com fortes indícios de manipulação de preços nos combustíveis, o governo colocou a Polícia Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para investigar as empresas do setor. A decisão vem depois de investigações feitas pelo próprio Cade mostrarem que esse é realmente um problema grave: desde 2012, de 17 casos já julgados, 12 resultaram em condenação por formação de cartel. E há ainda oito processos em andamento.

Para o governo, por conta desses cartéis, os benefícios da nova política de preços para gasolina e diesel adotada pela Petrobras acabam não chegando ao consumidor final: a reclamação é que as altas de preços são quase automaticamente repassadas às bombas, mas as reduções não chegam aos consumidores. "O consumidor tem o direito a escolher preço mais baixo, mas isso só acontece quando há concorrência", disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco.

Na quarta-feira (7), a Petrobras anunciou que passará a divulgar diariamente os preços médios da gasolina e do diesel que saem de suas unidades, e não mais somente os percentuais de reajuste, como vinha sendo feito, para tentar dar maior transparência ao mercado.

No mesmo dia pela manhã, o presidente do Cade, Alexandre Barreto, se reuniu com Moreira Franco e com o diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, para discutir o tema. À tarde, Moreira Franco enviou ao Cade documento solicitando oficialmente providências.

Barreto já havia dito que o fato de a queda de preços na refinaria não ser repassada às bombas pode ser considerado um "indício de cartel", mas que a investigação tem de ser acompanhada de outros elementos.

Investigações

As maiores multas aplicadas pelo Cade no setor foram para cartéis no Espírito Santo, de R\$ 67,2 milhões, Caxias do Sul (RS), de R\$ 65 milhões, e Piauí, de R\$ 41,3 milhões. O Cade condenou ainda outros esquemas em São Paulo, Bahia, Paraná, Amazonas, Minas Gerais e Maranhão.

Para o advogado e ex-conselheiro do Cade Olavo Chinaglia, essas investigações têm efeitos pontuais no local de atuação do esquema, mas, para que haja um impacto nacional, é necessário também olhar para a distribuição dos produtos e discutir o monopólio da Petrobras no refino de petróleo.

“Se o objetivo é baratear para o consumidor, limitar a discussão sobre o fornecimento de combustíveis à intervenção do Cade é desviar o foco do problema principal, que é o marco regulatório brasileiro e a maneira como a Petrobras se relaciona com as distribuidoras”, afirma.

Em nota, a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis (Fecombustíveis) disse que o mercado é “livre e competitivo” e que cabe a cada distribuidora e posto decidir se vai ou não repassar os reajustes aos consumidores “de acordo com suas estruturas de custo”.

A federação disse ainda que os postos de combustíveis têm absorvido parte da elevação dos custos cobrados pelas distribuidoras e ressaltou que os reajustes divulgados pela Petrobras nas refinarias são percentuais médios, aplicados de maneira diferente nos estados.

Redução do preço da gasolina em 3% nas refinarias

A Petrobras anunciou nesta quinta-feira (8) a maior redução dos valores da gasolina e do diesel combustível de 2018. A partir desta sexta (9), os novos preços estarão 3% (gasolina) e 2,6% (diesel) mais baratos nas refinarias. A estatal vem quase que diariamente informando em seu site (petrobras.com.br) os preços a serem praticados nas refinarias.

Uma consulta constatou que a queda de preços anunciada nesta quinta é a maior deste o final do ano passado. De 29 de dezembro de 2017 a 9 de fevereiro de 2018 a estatal fez 29 anúncios de preços nas suas unidades de refino. No caso do diesel, foram anunciadas 14 reduções e 15 aumentos de valores. Já a gasolina teve 15 anúncios de queda e 14 altas de preços.

Nos últimos três dias, a empresa anunciou diminuição de valores do diesel e da gasolina de 1,8% e 0% na quarta (7); 0,7% e 1,5% nesta quinta (8) e 2,6% e 3% na sexta (9). Enquanto isso, para o consumidor, essa política de preços não reflete na hora de abastecer o carro.

De acordo com o levantamento de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, na semana entre 28 de janeiro e 3 de fevereiro de 2018, o preço máximo do litro da gasolina chegou a R\$ 5,15 e o mínimo ficou em R\$ 3,579. Já o litro do diesel, no mesmo período, custava R\$ 4,479 e R\$ 2,939.

Petrobras reduz preço do diesel em 0,2% a partir de sábado, mas mantém o da gasolina

09/02/2018 – Fonte: Reuters

A Petrobras reduzirá os preços do óleo diesel em 0,2 por cento nas refinarias a partir de sábado, informou a estatal em comunicado no seu site nesta sexta-feira.

Já as cotações da gasolina não sofrerão alterações.

Os reajustes fazem parte da nova sistemática de formação de preços da petroleira, em vigor desde julho do ano passado.

Gasolina sobe 2,44% e vira item de maior pressão sobre IPCA de janeiro, diz IBGE

09/02/2018 – Fonte: EM.com

O encarecimento da gasolina puxou a alta de 1,10% nas despesas das famílias com Transportes em janeiro, segundo os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os combustíveis ficaram 2,58% mais caros no mês.

O litro da gasolina subiu 2,44%, item de maior impacto sobre o IPCA de janeiro, o equivalente a uma contribuição de 0,10 ponto porcentual para a taxa de 0,29% de inflação do mês. O etanol aumentou 3,55%.

Ainda em Transportes, a tarifa de ônibus urbano subiu 1,36% em janeiro, enquanto a de ônibus intermunicipal teve elevação de 1,80%.

Por outro lado, as passagens aéreas recuaram 1,35% em janeiro, após o salto de 22,28% registrado em dezembro.

Fecombustíveis atribui alta de preços ao peso de impostos

09/02/2018 – Fonte: Diário do Comércio

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), entidade que reúne 34 sindicatos patronais e os interesses de cerca de 41 mil postos de combustíveis no País, abordou em comunicado os comentários feitos pelo governo sobre preços de combustíveis.

A entidade explica que as sucessivas altas nos preços dos combustíveis têm relação direta com a nova metodologia de precificação adotada pela Petrobras e com os aumentos de impostos.

A Fecombustíveis diz que é preciso considerar o alto peso da carga tributária, que chega a aproximadamente 50% da composição de preço da gasolina, incluindo tributos como Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

“Em julho do ano passado, o governo federal aumentou as alíquotas de PIS/Cofins da gasolina em R\$ 0,4109 por litro, o que representou aumento de R\$ 0,30 por litro no preço ao consumidor, conforme Decreto nº 9.101/2017”, diz comunicado da entidade. “No caso específico do ICMS, é importante explicar que a pauta do imposto, que é o preço médio ponderado ao consumidor final, para os combustíveis, nos estados, varia a cada 15 dias, o que também interfere nos custos finais de gasolina e diesel.

A base de cálculo do ICMS é definida pelas secretarias estaduais de Fazenda conforme pesquisas de preços em postos revendedores”, acrescenta.

Assim, por se tratar de valor definido em âmbito estadual, o ICMS pode apresentar comportamentos distintos entre as unidades federadas.

“Nos períodos que compreendem os dias 1º a 15 e 16 a 31 de cada mês, as Secretarias estaduais de Fazenda divulgam os valores de referência para o cálculo do ICMS. Por exemplo, em Minas Gerais, o valor da PMPF em 1º de julho de 2017 era R\$ 4,0243. Em 1º de fevereiro de 2018, foi para R\$ 4,6762, impactando na elevação de custo da gasolina em R\$ 0,20 por litro (cálculo feito com base no Ato Cotepe)”, diz o comunicado.

Ponta final - A Fecombustíveis destaca que os postos revendedores são a ponta final da cadeia do setor de combustíveis, sendo o «elo mais frágil e visível para o consumidor». «O funcionamento da cadeia de combustíveis é complexo e muitas vezes desconhecido por parte da sociedade», ressalta.

A gasolina que sai das refinarias não é pronta para o consumo final, recebendo a mistura de etanol anidro (27%) ainda nas bases de distribuição. O mesmo ocorre com o diesel, que recebe a mistura do biodiesel (8%). Depois disso, é preciso considerar os custos inerentes à operação, como o frete.

“Exemplo de como esses outros custos influenciam no preço final do combustível é que, no período de 1º de julho de 2017 a 29 de janeiro de 2018, o preço do etanol anidro aumentou 36,84%, de acordo com dados do Cepea/Esalq”, diz a Fecombustíveis.

A entidade alega que os postos têm absorvido boa parte das elevações de custos, dada à dificuldade de operacionalização de reajustes diários e ao fato de o consumidor e órgãos de defesa do consumidor não compreenderem a atual dinâmica diária de reajustes.

“Por fim, destaca-se ainda que os reajustes divulgados pela Petrobras em suas refinarias são percentuais médios e, portanto, não são aplicados de maneira uniforme em todos os Estados da federação”, diz a entidade.

A Fecombustíveis considera ainda importante ressaltar que o mercado é livre e competitivo em todos os segmentos, cabendo a cada distribuidora e posto revendedor decidir se irá repassar ou não ao consumidor os reajustes. O cálculo deve considerar suas estruturas de custo.

“Esta federação, entretanto, entende ser imprescindível manter a sociedade informada para que a revenda não seja responsabilizada por alterações no preço ocorridas em outras etapas da cadeia e que, muitas vezes, são apenas repassadas pelos postos”, conclui

Em entrevista à Band nesta semana, o presidente Michel Temer prometeu soluções para evitar que as distribuidoras de combustíveis repassem ao consumidor apenas os aumentos que saem das refinarias. “Agora, nós estamos vendo fórmulas jurídicas de como obrigar, quando haja a redução do preço do combustível, que também isso repercute na bomba.” Temer disse esperar para “logo” dar uma solução para o problema.

O ministro Moreira Franco, da Secretaria Geral da Presidência, relatou que iria buscar auxílio no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre as leis disponíveis e as medidas cabíveis para combater a cartelização na distribuição da gasolina. A expectativa dele era ter uma resposta antes do Carnaval.

Temer: governo vai trabalhar para que reduções da gasolina cheguem às bombas

09/02/2018 – Fonte: Agência Brasil

Em entrevista, Temer também disse que estuda medidas para reduzir o preço do gás de cozinha para a população de baixa renda Alan Santos/PR

O presidente Michel Temer disse hoje (9) que considera uma “agressão ao consumidor” o fato de que as reduções de preços da gasolina anunciadas pela Petrobras nas refinarias não são repassadas às bombas. Segundo ele, o governo não vai permitir esse comportamento e foi determinado que a Polícia Federal (PF) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) fiscalizem os postos.

“Determinamos ao Cade e à Polícia Federal que fiscalizem os postos”, disse, em entrevista à Rádio Guaíba. O presidente explicou que “a Petrobras decidiu fazer os aumentos ou as reduções de acordo com os preços internacionais.

Quando tem aumento, a bomba de gasolina registra o aumento e quando tem redução, não registra a redução. Não vamos permitir isso. Vamos colocar a Polícia Federal, o Cade, atrás dessa fiscalização para impedir essa espécie de quase agressão ao consumidor. Essa providência está sendo tomada”, disse.

Ontem (8), o ministro da Secretaria-geral da Presidência, Moreira Franco, se reuniu com o presidente do Cade, Alexandre Barreto, e pediu que o Conselho investigue os preços praticados por postos de combustíveis.

Temer afirmou que governo estuda medidas para reduzir o impacto do preço do gás de cozinha para a população de baixa renda, a serem anunciadas em breve. "Houve aumento no botijão do gás de cozinha e estou examinando uma fórmula de compensar esse aumento para os mais pobres porque é para eles que o gás de cozinha tem um efeito muito grande", disse.

Reforma da Previdência

O presidente voltou a defender a reforma da Previdência, dizendo que ela é fundamental para o equilíbrio das contas públicas e não atinge os mais pobres. Questionado sobre a nota que daria, de 1 a 10, para o grau de esperança na aprovação da reforma na Câmara dos Deputados, Temer respondeu que hoje é 7. "Mas espero chegar a 10", completou.

"Você sabe que também é um problema, você precisa convencer os colegas, os parlamentares. Me deram um apoio extraordinário. Fiz do Legislativo um parceiro do governo e por isso conseguimos isso tudo que conseguimos até agora e, se Deus quiser, vamos conseguir também na Previdência", disse Temer.

Venezuela

Sobre a Venezuela, Temer disse que a posição do Brasil é de uma atuação diplomática, responsável e contestadora em relação ao que está ocorrendo no país. Temer disse ainda que o Brasil busca uma ajuda humanitária aos venezuelanos que atravessam a fronteira e lembrou que ministros estiveram em Roraima ontem (9) para verificar a situação e estudar medidas de apoio. A prefeitura de Boa Vista estima que cerca de 40 mil venezuelanos se estabeleceram na cidade após fugir da crise econômica e política que o país vizinho atravessa.

Ministra do Trabalho

Em relação ao impasse em torno da posse da ministra do Trabalho, Cristiane Brasil, o presidente Temer disse que se trata de uma questão de princípio, pois a Constituição estabelece que é competência privativa do presidente da República nomear ministros. "Isso não é revisável, especialmente por um juiz de primeiro grau", afirmou. Temer avaliou ainda que Cristiane é uma deputada "competente e presta bons serviços".

Candidatura

Ao final da entrevista à Rádio Guaíba, Temer foi perguntado se poderia ser candidato nas próximas eleições presidenciais, e respondeu que "no momento sou candidato a passar na história como alguém que pegou o país numa recessão profunda, saiu da recessão e nesses últimos seis meses, apesar dos embates todos, consegui fazer as reformas necessárias para o país não só crescer agora, mas continuar crescendo e se desenvolvendo mais para gente. Minha candidatura, por enquanto é essa".

Toyota lança extensores de caçamba para Hilux

09/02/2018 – Fonte: Automotive Business

Acessórios são aplicáveis nas versões com cabine dupla de 2005 em diante

A **Toyota** lançou uma linha de extensores de caçamba para a picape **Hilux** cabine dupla, do modelo 2005 em diante. São duas opções, com preços sugeridos entre R\$ 1.299,99 (sem rampa) e R\$ 2.199,99 (com rampa, foto acima). Os extensores são ideais para levar motos e objetos longos.

Segundo a Toyota, os acessórios atendem à resolução 349 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que estabelece critérios para transporte eventual de cargas.

De acordo com a montadora, os novos extensores de caçamba são feitos de alumínio e foram testados de acordo com normas globais da Toyota. A linha de acessórios para a picape Hilux tem mais de 60 itens, sempre com um ano de garantia.

Vendas de carretas crescem 63% em janeiro, aponta Anfir

09/02/2018 – Fonte: Automotive Business



As **vendas** de implementos rodoviários pesados, que contabilizam reboques e semirreboques, cresceram 63% em janeiro quando comparadas com o idêntico mês do ano passado: foram emplacadas 2.391 unidades, contra as 1.467 de um ano antes, segundo dados divulgados na quinta-feira, 8, pela Anfir, associação das fabricantes. Os dados indicam que o segmento pesado (**carretas**), que conseguiu encerrar 2017 com resultado positivo, segue com expectativa de alta.

O segmento leve, de carroceria sobre chassi, também iniciou o ano com números positivos ao registrar aumento de 46% nos emplacamentos de janeiro, para 2.940 unidades. Na soma dos dois segmentos, a indústria de implementos rodoviários totaliza 5.331 produtos vendidos em janeiro, avanço de 53% no comparativo anual.

Parte dos licenciamentos em janeiro ainda é reflexo do que foi negociado em outubro, na Fenatran. Segundo a Anfir, as 23 empresas associadas que expuseram seus produtos no evento negociaram 2 mil carretas e outras 150 carrocerias para chassis.

“A dinâmica do setor indica que, uma vez concluídos os negócios, os produtos serão emplacados em momentos diferentes. Assim, provavelmente, esses emplacamentos deverão aparecer de forma diluída nas estatísticas ao longo dos próximos meses”, indica Braga.

Sobre a medida do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que passou a financiar 100% do valor dos bens para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), o diretor executivo da entidade, Mario Rinaldi, avalia que ainda é prematuro para que a circular produza seus efeitos, embora defenda que a atitude do banco em exercer seu papel histórico como instituição de fomento da indústria atende a uma reivindicação da Anfir feita ao longo de 2017. Antes, o banco limitava o financiamento a 80% do valor do bem para MPMEs.

Como começar o debate de igualdade de gênero na indústria automotiva?

09/02/2018 – Fonte: Automotive Business

Adriana Camargo, consultora da LEW e especializada no setor indica os passos para iniciar ações rumo à equidade

Igualdade de gênero não é discussão apenas social. Trabalhar melhor a diversidade nas empresas reflete diretamente nos negócios, com impacto na lucratividade. Apesar da importância do tema, muitas companhias ainda têm dúvidas sobre como promover esse debate no ambiente corporativo ou simplesmente por onde começar.

Para ajudar nessa questão tão atual e necessária, a consultora Adriana Camargo, da LEW, consultoria especializada em Diversidade e Inclusão no recorte gênero e com

grande bagagem no segmento automotivo, indica alguns esforços e o passo a passo para garantir este objetivo.

-Qual o primeiro passo? De onde as empresas do setor automotivo podem partir para começar a promover ações efetivas de diversidade?

O primeiro passo é a conscientização da alta liderança para os benefícios da diversidade e valor aos negócios, que pode ser por meio de palestras, por exemplo.

A alta liderança precisa estar convencida do valor agregado e a diversidade precisa fazer parte da estratégia da empresa, com definição de metas e indicadores para todos gestores.

O segundo é o conhecimento sobre vieses inconscientes para todos os gestores com treinamento sobre o assunto.

Os vieses são barreiras importantes para atração, retenção e promoção de talentos femininos, portanto os gestores precisam tomar ciência dos seus preconceitos para que possam se permitir pensar diferente, ouvir e aceitar opiniões diferentes das suas.

Por fim, o terceiro passo é montar projetos e grupos de afinidade conforme os recortes que empresa deseja trabalhar.

-Quem deve estar envolvido: somente o RH, todas as lideranças, um grupo especial?

O CEO, toda liderança e todos os colaboradores. Todos têm responsabilidade nas ações para mudar este cenário.

-Como e onde buscar orientação?

Em empresas especializadas em diversidade, em suas próprias matrizes, pois muitas multinacionais já têm ações nesse sentido fora do país. Outra fonte é a ONU Mulheres, que promove os princípios de empoderamento feminino (WEPs, Women's Empowerment Principles).

Quer saber mais sobre a importância da diversidade como estratégia de negócio? Venha debater o tema e conhecer as empresas que promovem ações de equidade de gênero no I Fórum Presença Feminina no dia 20 de fevereiro em São Paulo.

Montadora francesa PSA compra fatia controladora em grupo chinês Jian Xin

09/02/2018 – Fonte: Reuters

A montadora francesa PSA firmou acordo para compra de fatia controladora na distribuidora chinesa de autopeças Jian Xin, como parte dos esforços para melhorar seu desempenho no lucrativo mercado da China.

A fabricante de automóveis da marca Peugeot informou que a aquisição, cujo preço não foi revelado, a ajudará a estabelecer uma sólida posição no setor de vendas de peças para reposição, permitindo a expansão da rede Euro Repair Car Service.

A Jian Xin atualmente é a principal distribuidora de autopeças para reposição na região de Xangai, vendendo mais de 5 milhões de peças por ano obtidas de fabricantes originais.

No mês passado, a PSA reportou um aumento de 15 por cento nas vendas globais. A companhia afirmou que, embora o resultado na China tenha sido mais fraco, vê sinais de estabilização no mercado chinês.

Usiminas tem prejuízo líquido de R\$ 45 mi no 4º trimestre

09/02/2018 – Fonte: Reuters



A Usiminas teve um prejuízo líquido consolidado de 45 milhões de reais no quarto trimestre, menor que o resultado líquido negativo de 195 milhões de reais observado em igual período de 2016.

A companhia ainda apurou geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de 450 milhões de reais entre outubro e dezembro, ante 234 milhões de reais no quarto trimestre de 2016.

Polo produtor de aço chinês estende cortes de produção de aço para além do inverno

09/02/2018 – Fonte: Reuters

A cidade líder em produção de aço na China, Tangshan, disse nesta sexta-feira que irá estender restrições à produção de aço para além do período de inverno, que demanda maior uso de aquecimento e vai até 15 de março.

Um documento no site do governo de Tangshan disse que a cidade irá estabelecer um plano para continuar com alguns cortes, incluindo em oito centrais de produção de aço, até o final deste mês.

As usinas de aço na cidade da província de Hebei, que sofre com uma pesada poluição, têm sido forçadas a reduzir a produção em até 50 por cento durante os meses de inverno da China como parte de uma campanha de proteção ambiental.

A Reuters publicou em 1º de fevereiro que Tangshan estava avaliando prolongar os cortes para além de meados de março, mas o governo de Hebei negou a existência de tal plano na ocasião.

Entre as medidas anunciadas, oito usinas de aço próximas ao centro da cidade, incluindo a principal da cidade, uma unidade do grupo HBIS, irão enfrentar limites de produção não especificados após 15 de março, segundo o documento do governo da cidade.

Tangshan foi definida pelo Ministério de Proteção ao Ambiente como uma das 10 piores da China em termos de poluição no ano passado.